

Revista



Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 292
2015



PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

1º Vice-Presidente
Brig Int Helio Gonçalves

2º Vice-Presidente
Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

www.caer.org.br
revista@caer.org.br



Expediente

Out. a Dez.

2015

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central
Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacuste
Cel Int Antonio Teixeira Lima

CONSELHO DELIBERATIVO
Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL
Presidente - Maj Brig Int Pedro Norival de Araújo

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Administrativo/Beneficente
Cel Av João Carlos Gonçalves de Sousa

Cultural
Cel Av Araken Hipólito da Costa

Comunicação Social
Ten Cel QFO Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

Centro de Tecnologia e Informação – CTI
Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Financeiro
Cel Int Júlio Sérgio Kistemacher do Nascimento

Jurídico
Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Patrimonial / Secretaria Geral
Cap Adm Ivan Alves Moreira

Social (Interino)
Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

SEDE BARRA

Aerodesportivo
Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Esportivo
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Operações
Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores
Administração e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura e Especial - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Assessoria Social - Cel Av Verner Menna Barreto Stock
Financeiro - Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Aerodesportivo - Loreta Helena Valério Alves

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212
3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacuste

Estrada da Figueira, nº 1
Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa
Brig Int Helio Gonçalves
Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Secretárias

Juliana Helena Abreu Lima

Gabriela da Hora Rangel

Isis Ennes Pestana Santos

Colaborador - Ricardo Luiz de G. Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Aeronave de Caça Gripen

Índice

4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

6 NOTÍCIAS DO CAER
Redação

11 JORNALISMO HOJE
Carlos Alberto Di Franco
Advogado

12 A CRISE POLÍTICA E A FALÊNCIA DE VALORES
Ricardo Vélez Rodríguez
Filósofo

14 TENHO CERTEZA. EU ACHO
Márcio Tavares d'Amaral
Filósofo

16 O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS
Ives Gandra da Silva Martins
Rogério Gandra da Silva Martins
Juristas

18 A MIopia GEOPOLÍTICA DE BARACK OBAMA
Reis Friede
Desembargador Federal

20 O LADO PERVERSO DA GLOBALIZAÇÃO
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

22 O LABIRINTO E O COLAPSO
Afonso Farias de Souza Júnior
Cel Int

24 CAMINHA O BRASIL PARA UM NIILISMO COMO AQUELE DEFINIDO PELO FILOSOFO FRIEDRICH NIETZSCHE?
Jober Rocha
Economista

Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer download ou compartilhar esta revista pela internet.

26 O COMÉCIO DO FIM DO BOLIVARIANISMO
Rodrigo Constantino
Economista

28 "O PROTAGONISTA EXAGERADO DO ESPETÁCULO DO TRISTE FIM DA DITADURA PETISTA"
Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av

30 A REPÚBLICA DOS CÍNICOS
Marco Antonio Villa
Historiador

32 A TORTURA DOS NÚMEROS
Denis Lerrer Rosenfield
Filósofo

34 CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS
João Victorino
Jornalista

36 VIAGEM A CARAJÁS
Diolásia Cheriegate
Jornalista

38 HISTÓRIA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA
Expedito Carlos Stephani Bastos
Pesquisador Assuntos Militares

41 A SAGA DOS GUERREIROS POLIVALENTES
Aparecido Camazano Alaminio
Cel Av

44 FAB POUSOU EM PORTA-AVIÕES PELA PRIMEIRA VEZ HÁ 50 ANOS
Thiago Vinholes
Jornalista

46 BRINCADEIRA INGÊNUA... MAS DE MAU GOSTO
Raul Galbarro Vianna
Cel Av

48 A BONDADE DE DONA MABEL
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A conclusão das obras de restauração e modernização do deque da Sede Central, a homologação e início de construção de dois novos hangares no aeródromo Ten Brig do Ar Waldir Vasconcelos e o início do projeto do Sistema de Clubes de Oficiais da Força Aérea-SCOFA, quando analisados, em conjunto, dá-nos a sensação de que o ano de 2015, a despeito das dificuldades pelas quais nossa nação vem passando, foi bastante produtivo. Foram implementadas medidas concretas em prol das instalações de lazer aos nossos associados, bem como, servirão de estímulo ao ingresso de oficiais que ainda não exerceram seus direitos de se integrarem ao quadro social do Clube de Aeronáutica.

O conjunto de melhorias de nossas instalações inclui, na Sede Central, o Hotel agora dotado de TV a cabo, Wi-Fi; a piscina teve seus vestiários e pátio interno reformados, uma nova academia está sendo equipada.

Na Sede Barra da Tijuca, além do incremento de apoio às atividades aerodesportivas, foi aumentada a área de lazer para os associados com as reformas da cozinha do restaurante, da piscina e das quadras de tênis.

O ano de 2016 traz, também, uma grande

expectativa com a conclusão do Ginásio Poliesportivo, dois campos de futebol/rugby, uma pista olímpica de atletismo e o término dos hangares para abrigar 40 aeronaves ultraleves.

A Sede Central já possui os projetos executivos de um novo *hall* de entrada e área de recepção aos hóspedes do hotel, nova sala de convivência dos sócios, reforma de unidade de apoio aos eventos do salão Ivo Borges e atualização das vias de circulação internas.

Ao concluirmos este relato anual gostaria de dedicar uma homenagem às administrações anteriores que souberam enfrentar e ultrapassar grandes dificuldades que ocorreram há cerca de 20 anos e nos legaram uma situação sólida, o que nos permitiu continuar seus esforços desta vez, atualizando e melhorando esse maravilhoso patrimônio que a Força Aérea possui.

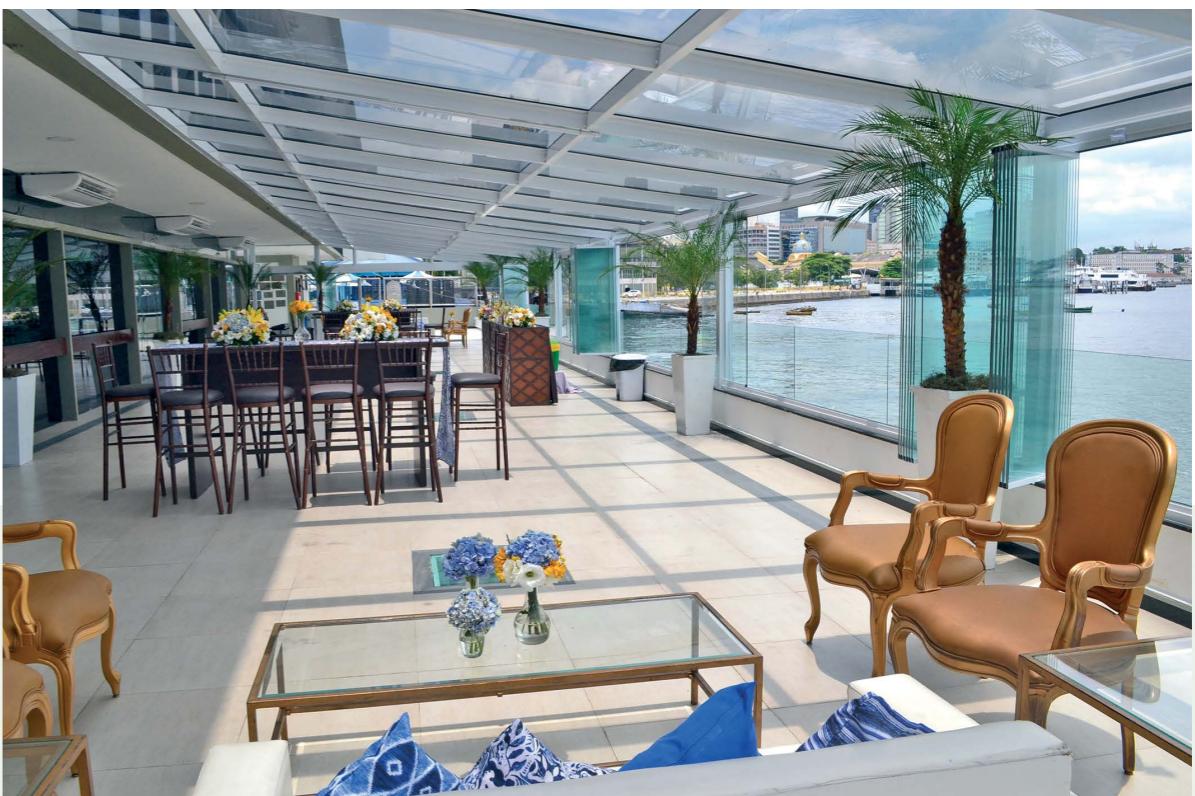
Não poderíamos deixar de agradecer a compreensão e o incentivo de nossos associados que muitas vezes tiveram seus momentos de lazer prejudicados com o desenvolvimento das obras.

Que o próximo ano possa nos permitir a continuidade de nossos projetos.

Feliz Natal e próspero Ano Novo.



Da esquerda para a direita: Cel Av Araken, Ten Brig Ar Villarinho, Cel Av Luís Mauro, Cel Méd Lanna, Brig Int Gonçalves, Maj Brig Ar Cury, Ten Brig Ar Baptista, Brig Ar Athayde, Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa, Maj Brig Ar Carvalho Neto, Ten Brig Ar Lacerda, Maj Brig Ar Grossi e Cel Av Cambeses



CEBRES FAZ LANÇAMENTO DE LIVRO NO CLUBE DÉ AERONÁUTICA

No dia 3 de dezembro, o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) lançou, no Clube de Aeronáutica, o livro *Pólica Federal do Brasil: 50 anos de história*, de autoria do Presidente de Honra do CEBRES, Coronel Amerino Raposo Filho.

O livro retrata a origem e a trajetória de sucesso daquela renomada instituição, com grande representatividade, principalmente, no momento atual de nosso país.

Logo após o Coronel Amerino ter apresentado seu livro na Sala de Convenções do Clube, todos os presentes foram convidados para a inscrição de dedicatória da obra e para um coquetel, no Salão de Sócios Nero Moura.

50 ANOS DA TURMA “AGORA VAI!”



Coronel do Exército Amerino Raposo Filho



Da esq. para a dir., Cel Av Luís Mauro, Cel Amerino, Brig Int Helio Gonçalves, Maj Brig Marcus Vinícius e José Braz, do CEBRES

Neste evento cívico-cultural tivemos a presença de diversas autoridades: o Presidente do CAER, Maj Brig Marcus Vinícius, o Presidente da CEBRES e 1º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica, Brig Int Helio Gonçalves, o Vice-Pres-

sidente da CEBRES e 2º Vice-Presidente do Clube, Cel Av Luís Mauro.

O livro foi muito elogiado na sua apresentação e chamou a atenção de todos já que está diretamente ligado aos problemas que o Brasil vem enfrentando na atualidade.

A turma iniciada em 1962, completou este ano 50 anos de sua chegada à Escola de Aeronáutica (hoje AFA), no Campo dos Afonsos. A comemoração deste Cinquentenário constou da inauguração de uma placa alusiva ao evento, no antigo Corpo de Cadetes, seguido de um belo churrasco, com um comparecimento significativo de seus integrantes.

A foto demonstra bem a alegria que contagiou a comemoração.



O DOMINGO AÉREO NO MUSEU AEROESPACIAL

Homenagem aos aviadores e tripulantes, aconteceu no dia 18 de outubro, com a presença de 25 mil pessoas.

Todos se emocionaram com as precisas manobras das aeronaves no lendário Campo dos Afonsos, com destaque para as belas apresentações da Esquadrilha CEU formada por oficiais da reserva da Força Aérea, helicópteros do 3º/8º GAv, pilotos acrobáticos civis, paraquedismo e visitação às aeronaves.

O público infantil marcou o evento, vibrando com seus pais e participando das oficinas educativas de pintura e montagem de aviões.

O Domingo Aéreo também contou

com a banda de jovens EMEF Dom Paulo, de São Paulo, exposição de aeromodelos, distribuição de brindes institucionais e educativos e o contato do público com os pilotos, interagindo lazer e cultura, contribuindo para o papel Institucional da Força Aérea que, dentre outros, foca no despertar de vocações para a aviação, mostrando ao público *jovem* que o sonho de voar é possível, como Santos-Dumont protagonizou um dia.

O evento teve, uma vez mais, o apoio das Unidades de Campanha da

Intendência e de Saúde da Aeronáutica e da Patrulha Civil Resgate, garantindo conforto e segurança.

Pelas condições climáticas não foi possível o voo do Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA), mas a presença dos seus A-29 perfilados impecavelmente no pátio, juntamente com o helicóptero Sea-Hawk da Marinha do Brasil e o ronco do motor do P-47 Thunderbolt concorreram ainda mais para o sucesso do evento, um grande acontecimento da História da Aviação.



Despediu-se de nós, no dia 15/12/2015, o grande piloto de Caça Cel Av Newton da Silva AYMONE, ex-Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça, da turma de 71 da AFA. O mais voado em aeronave F-5 com 1.750 horas.



NOTÍCIAS

PENSAMENTO BRASILEIRO PALESTRA DO JURISTA IVES GANDRA MARTINS

Todas as vezes que se encontra com o Grupo do Pensamento Brasileiro, o jurista Ives Gandra Martins sempre deixa a plateia extasiada. No dia 27 de outubro não foi diferente. Com muita propriedade e saber, explicou os motivos que estavam levando o Legislativo, Judiciário e Executivo a um embate pelo *impeachment* da presidente Dilma.

Afirmou que um presidente não pode mentir. E esse é o ponto crucial do atual governo. Considerou que as ditas pedaladas fiscais, com prejuízo para os bancos oficiais, e a mentira de pátria educadora, são fortes indícios de improbidade administrativa.

Comentou que havia estado tempos atrás com uma juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos. Questionada sobre o problema do presidente Clinton com a jornalista Monica, ela havia dito que poderia ter sido afastado do cargo pelos juízes, pois havia mentido para a população.

Ives apontou um cenário conturbado para o futuro econômico do Brasil, com os grandes investidores optando pelo Paraguai, por não confiarem no clima *bolivariano* que vem sendo apontado como a política primordial dos nossos governantes.

Considerou um erro a criação de impostos e o aumento da carga tributária, sem que o governo esteja empenhado em ajustar a máquina administrativa. O jurista ressaltou, inclusive, que soubera que não seriam demitidos os tais três mil comissionados incluídos no pacote de ajuste fiscal.



Ao concluir, Ives Gandra disse que Collor pode ser considerado uma carmelita descalça, um monge trapista perto da Dilma e do Lula.

O jurista Ives Gandra Martins traçou cinco cenários para os próximos dias do governo de Dilma Rousseff

O primeiro aponta a recuperação da sua credibilidade pessoal e também do seu projeto de governo. Outra hipótese é o *impeachment* da dupla eleita em outubro de 2014. Pode ser apontado como terceiro cenário, a investigação das contas de campanha por parte do Tribunal Superior Eleitoral, reaberta, por cinco votos a dois, inclusive com a concordância do Ministro José Antônio Dias Toffoli. Outra possibilidade é ser aplicada a impugnação exclusivamente à presidente Dilma Rousseff, sendo o governo entregue ao vice, Michel Temer, para concluir o mandato. Por fim, caso nenhuma dessas alternativas ocorram, Ives aponta o Brasil se transformando numa Venezuela dos dias de hoje, bolivariana à moda Chaves/Maduro.

DIPLOMAÇÃO

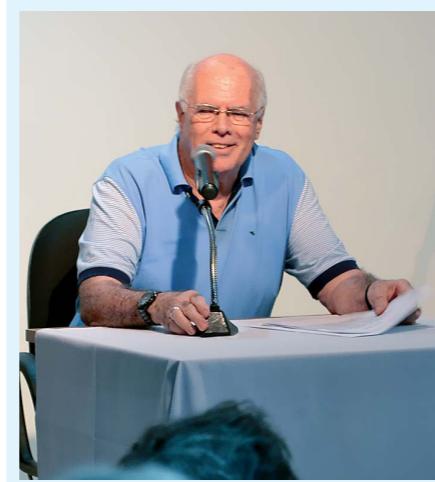
No dia 3 de novembro de 2015, realizou-se, na Sala de Convenções do Clube de Aeronáutica, o encerramento do Curso do Pensamento Brasileiro, na sua sexta edição.

Como sempre, aqueles 52 componentes da Turma diplomada costumam demonstrar com bom humor a satisfação por mais uma etapa de conhecimento encerrada em suas trajetórias de vida.

A composição da mesa de encerramento e diplomação do Curso contou com o Presidente do CAer, Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa; e seu 1º Vice-Presidente Brig Int Helio Gonçalves.

O Presidente agradeceu os esforços do Diretor Cultural, Cel Av Araken Hipólito da Costa, pelo inegável desenvolvimento do Grupo.

Após a entrega dos certificados de diplomação e sob a orientação do jornalista e membro do Grupo de Estudos, João Victorino, o nosso sempre animado Ernani Marones, Mestre em Musicologia pela UFRJ, apresentou uma seleção de sucessos musicais de Orlando Silva, cujo



Jornalista João Victorino

do CAER

DO CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO VI

Centenário está sendo comemorado neste período. Depois, continuou com valsas, fox trotes, sambas, marchas, chorinhos e vários sucessos da época.

A Sra Regina Helena de Farias Costa leu, acompanhada pela pianista e cantora lírica Jurema Fontoura, uma crônica de Afonso Romano de Sant'Anna sobre a mulher que ama (*A mulher madura*) e uma crônica de Artur da Távola sobre a mulher que perdeu o seu amor (*A mulher que perdeu o seu amor*). Além disso, interpretou *Valsa de uma Cidade*, de Ismael Neto e Antônio Maria.

Após o evento, foi servido um belo coquetel de confraternização com um saboroso bolo festivo.



Regina Helena de Farias Costa



Jurema Fontoura



Ernani Marones



O público presente ao evento, incluindo o Diretor Cultural Cel Av Araken, formandos, funcionários do CAER e convidados

NOTÍCIAS do CAER

SISTEMA DE CLUBE DE OFICIAIS DA FORÇA AÉREA (SCOFA)

É com grande satisfação que comunicamos aos nossos Associados que, no dia 17 de novembro, no Salão Marechal Nero Moura (CAER), foi firmado um convênio, oficializando o início do SCOFA, com a presença do Comandante do III COMAR, Maj Brig Ar José Euclides da Silva Gonçalves (representando o Comandante da Aeronáutica - Ten Brig Ar Rossato), o

ex-Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti Saito, o ex-Presidente do CAER, Ten Brig Ar Ivan Frota, do Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Marcus Vinícius e dos Vice-Presidentes, Brig Int Helio Gonçalves e Cel Av Luís Mauro, o Prefeito da Prefeitura da Aeronáutica do Galeão e os Diretores do COGA e do COGAL, que testemunharam a assinatura do citado convênio SCOFA.

O SCOFA é um convênio de natureza especial, sem fins lucrativos e sem repasse de verbas públicas, que o Comando da Aeronáutica, inicialmente, por meio do Terceiro Comando Aéreo Regional – III COMAR – e do Clube de Aeronáutica (CAER), entre si celebram, objetivando promover o intercâmbio de atividades socioculturais, esportivas e similares, no âmbito dos Clubes e Centros Sociais do COMAR, situados na área de jurisdição do III COMAR.



Maj Brig Euclides e Maj Brig Vinícius na assinatura do convênio



Autoridades presentes

MENSAGEM DOS LEITORES

Ricardo Lewandowski – Presidente do STF - Acusando o recebimento e agradecendo o gentil envio da Revista Aeronáutica nº 291. Cumprimenta o Diretor do Departamento Cultural.

Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos – Ministro do STM - Agradecendo sensibilizado ao Prezado Cel Av Araken Hipólito da Costa, Diretor do Dep Cultural do CAER a remessa da revista de nº 291, cumprimentando-o pelo excelente trabalho.

Alvaro Luiz Pinto – Almirante de Esquadra - Ao prezado Diretor do Dep. Cultural, com cordial agradecimento, acusa o recebimento da edição nº 291. Parabeniza pelo empenho e esmero de todos os envolvidos em sua publicação, tendo, como resultado, o sucesso de sempre.

Artur Vidigal de Oliveira – Ministro do STM - Agradecendo a V.S. o gentil oferecimento do exemplar da revista nº 291, cumprimentando-o pela feliz iniciativa e pela qualidade das matérias nela publicadas.

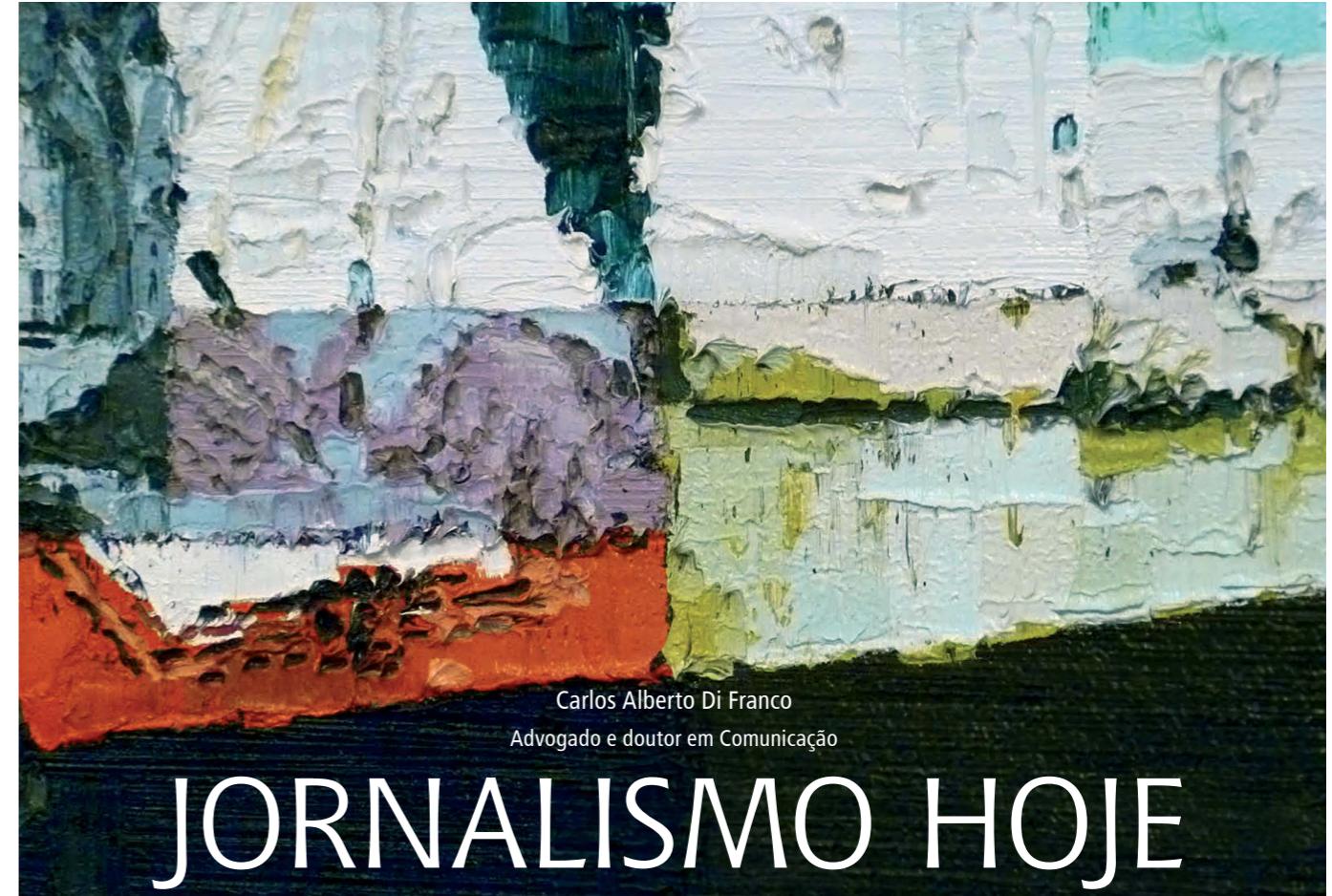
Gen Ex Odilon Sampaio Benzi – Ministro do STM - Agradecendo a gentileza de envio do exemplar nº 291, desejando êxito continuado na sua relevante e exigente missão.

Ozires Silva – Reitor UNIMONTE – Presidente Conselho de Administração – Grupo Anima de Educação e Cultura - Agradecendo a gentileza de ter aceito a publicação e remetido o exemplar da Revista Aeronáutica que espelha o seu artigo, externando sua frustração com o nosso país de hoje. Afirma, ainda, que a FAB lutou muito pelo seu sucesso, citando que, entre muitas iniciativas importantes, destaca-se a criação do ITA, do qual pode ele próprio ser aluno (graças a uma Bolsa de Estudos, também concedida pela FAB, a qual foi o maior presente que ele recebeu na sua vida). E entre os inúmeros resultados colhidos até agora, destaca a criação da EMBRAER que, sem a iniciativa dos nossos velhos Comandantes da Força Aérea não teria ocorrido. Também podemos destacar muitas coisas como o CAN, uma parcela de uma soma imensa. Termina com abraços agradecendo e desejando sucesso sempre.

Nilton Lanna - Cel Méd - Leitor do Arauto e sócio do CAER, elogia mensagem do 1º Vice-Presidente publicada na edição de dezembro.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, estendendo nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.



JORNALISMO HOJE

Algumas críticas ideológicas ao jornalismo, amargas e corrosivas, têm a garra do pessimismo amargo e do sectarismo ressentido. Irritam-se, alguns, com o vigor do jornalismo de denúncia e vislumbram interesses espúrios ou engajamentos partidários. Uma retrospectiva honesta, contudo, evidencia que os jornais nunca tiveram uma relação amorosa com governos, independentemente do colorido ideológico dos poderosos de turno. E é assim que deve ser. As relações entre jornalismo e poder devem ser pautadas por certa tensão. O estranhamento civilizado é bom para a sociedade e essencial para a democracia.

O jornalismo brasileiro, não obstante suas deficiências, tem desempenhado papel relevante. Ao lancetar os tumores da corrupção, por exemplo, cumpre um dever ético intransferível. A mídia, num país dominado por esquemas cartoriais e por assustadora delinquência pública, assume significativa parcela de responsabilidade. O Brasil, graças à varredura dos jornais,

está mudando. Para melhor. A cultura da impunidade, responsável pela rotina do acobertamento e dos panos quentes, está, aos poucos, sendo substituída pelo exercício da cidadania responsável.

A mcdonaldização dos jornais é um risco que convém evitar. A crescente exploração do entretenimento e da superficialidade informativa, em prejuízo da informação de qualidade, tem frustrado inúmeros consumidores de jornais. O público-alvo dos jornais não se satisfaz com o hambúrguer jornalístico. Trata-se de uma fatia qualificada do mercado. Quer informação aprofundada, analítica, precisa e confiável.

É preciso investir na leveza formal e no fascinante mundo digital. Sem dúvida. O investimento em didatismo, a clareza, pautas próprias e uma agenda positiva são, entre outras, algumas das alavancas do crescimento. O jornal precisa moldar o seu conceito de informação, ajustando-o às necessidades do público a que se dirige. Mas nada disso, nada mesmo, supera a

qualidade do conteúdo. É aí que se trava a verdadeira batalha. Só um produto consistente tem a marca da permanência. O *The New York Times* sabe disso como nenhum outro: *produzir jornalismo de qualidade e matérias sérias de maneira mais atraente*. Qualidade e bom humor. É isso.

Apostar em boas pautas (não muitas, mas relevantes) é outra saída. É melhor cobrir magnificamente alguns temas do que atirar em todas as direções. O leitor pede, em todas as pesquisas, reportagem. Quando jornalistas, entrincheirados e hipnotizados pelas telas dos computadores, não saem à luta, as redações se convertem em centros de informação pasteurizada. O lugar do repórter é a rua, garimpando a informação, prestando serviço ao leitor e contando boas histórias. Elas existem. Estão em cada esquina das nossas cidades. É só procurar.

O jornalismo moderno, mais do que qualquer outra atividade humana, reclama rigor, curiosidade, ética e paixão. É isso que faz a diferença ■

Foto: O Globo

A CRISE POLÍTICA E A FALÊNCIA DE VALORES

Ricardo Vélez Rodríguez

Mestre em Filosofia (PUC/RJ). Doutor em Filosofia (UGF). Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa". Coordenador do Núcleo de Estudos Ibericos e Ibero-Americanos. Professor Emérito na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

rive2001@gmail.com



Do livro *A Grande Mentira Lula e o Patrimonialismo Petista*

O modelo de sociedade pautada por um Estado patrimonialista está em crise. Mas não apenas pela ação dos políticos larápios e dos empresários cooptados por eles. O nosso modelo social entrou em parafuso por falta de sustentação axiológica. A crise vem de baixo, da grande massa das famílias. Isso ficou evidente em pesquisa recente efetuada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), segundo a qual o Brasil é campeão mundial em mau comportamento em sala de aula, o que leva a que os professores gastem 15% do seu tempo tentando manter a disciplina.

Essa lamentável realidade levou a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), Amábile Palacios, a contestar o lema do governo federal que no voluntarismo que o caracteriza tentou erguer o bordão: *Brasil, Pátria Educadora*, ao mesmo tempo em que a presidente Dilma tenta acobertar os corruptores do PT no caso do Petrolão. E ao mesmo tempo em que o PT, na sua reunião para comemorar os 35 anos de fundação, se solidarizou com os larápios petralhas, ignorando o mal-estar que a sociedade brasileira vive ao ensejo da pior onda corruptora do país, que conseguiu fazer naufragar a nossa maior empresa estatal, a Petrobras.

Para Amábile Palacios, o *slogan* "Brasil, Pátria Educadora" constitui, apenas, mais um *jingle* político bolado por marqueteiros. "Eu percebo - frisou a presidente da FENEP - que esse desrespeito vem muito do modelo de sociedade que a gente está tendo e pelo modelo de família e diz respeito à falta de valores que a gente está impondo à sociedade". A mesma opinião foi externada pelo presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de São Paulo, que representa 1.400 escolas.

Ora, a crise vivida pelo ensino nos

seus níveis primário e secundário estende-se também às universidades e faculdades. Antigas ilhas de excelência como a USP têm assistido a cenas de vandalismo e de longa perturbação da ordem, em intermináveis greves de caráter político que têm como prato forte a destruição do patrimônio, o consumo de tóxicos e o desrespeito para com a sociedade. O modelo anarquista de greves generalizadas do ensino superior estendeu-se pelo Brasil afora e reforça a convicção de que o nosso país perdeu o rumo.

Duas vias apresentam-se neste turbulento cenário: do ponto de vista da sociedade, uma tomada de consciência da gravidade do problema, acompanhada da mudança de comportamento, de forma a dar ensejo à nova atitude que leve a gerar responsabilidade nos educandos e educadores. Do ponto de vista político, a urgência de colocar sobre o tapete soluções na reformulação da nossa política, que enveredou por esse caminho de privatização do Estado por clãs, como se o único norte fosse beneficiar amigos e apaniguados.

Diffícil tarefa, quando o caminho para solucionar os conflitos passa por algo que as pessoas se recusam a observar: os valores que as movem. Sem isso, a revisão dos mesmos e a mudança de atitudes tornam-se tarefas impossíveis.

Mas as coisas não param aí. É necessário, também, reformular as nossas instituições, a fim de que o Estado passe a servir a sociedade e não continue a ser o balcão de negócios gerido por esperitinhos, que privatizaram o governo em benefício próprio. Aqui a via necessária é a da reforma política, que deve partir para reestruturar o nexo de responsabilidade entre eleito e eleitor, impedindo a proliferação de partidos nanicos e adotando um modelo de voto, como o distrital, que atrela o eleito às responsabilidades decorrentes da representação de interesses dos cidadãos.

De outro lado, faz-se necessário, na reforma apontada, colocar freio ao

excessivo poder acumulado pelo Executivo, capaz de corromper o Legislativo mediante o oferecimento de vantagens pecuniárias. O caminho da reforma, neste ponto específico, seria, em primeiro lugar, o da responsabilização da atual presidente pelas decisões erradas em face da Petrobras, que de forma criminosa tiraram desta a sustentação de credibilidade no cenário.

Em segundo lugar, a reforma política deveria contemplar a punição exemplar daqueles que colocaram as instituições do Estado a serviço de políticas populistas que terminaram esvaziando os cofres públicos. É necessário deixar claro as obscuras decisões tomadas pelos governos de Lula e Dilma no caso do BNDES, para beneficiar amigos no cenário internacional, sem que aparecessem as vantagens que daí adviriam para o Brasil. Refiro-me sobretudo ao milionário financiamento para a construção do porto de Mariel em Cuba. Isso para não falar da falida aventura da construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, da qual participaria com recursos o governo venezuelano, sem que, até agora, o Brasil tenha recebido um só tostão.

Uma providência necessária seria também acabar com a prática das *emendas parlamentares* que só corrompem a representação e colocam o Legislativo em mãos das negociatas inescrupulosas do Executivo.

O cenário, como se vê, é complicado e não sairemos dele sem um grande esforço pessoal e coletivo. Escrevia recentemente o prêmio Nobel Mário Vargas Llosa (*Suicídio político em voga*, no *Estado de S. Paulo* do dia 8 de fevereiro de 2015, p. A14) que as nações optam, às vezes, pelo haraqui político, tomando decisões erradas que comprometem o bem-estar de futuras gerações. O Brasil, infelizmente, está nesse caminho, e não será fácil sair dele. Mas não temos outra escolha se quisermos legar aos nossos filhos um país habitável e não um cenário de conflito e destruição ■

TENHO CERTEZA. EU ACHO

Marcio Tavares d'Amaral
Filósofo
marcio.damaral@terra.com.br

Acoragem da verdade é necessária para derrubar aparências, preconceitos, pré-julgamentos.

Digo aos meus alunos que começam uma frase com *eu acho* que refaçam a questão quando puderem dizer *eu penso*. Porque, na filosofia, é da verdade que se trata. Não de opiniões. Opiniões desgarraram, ancoraram-se nas manias do sujeito. A verdade pede muita amorosidade e muito trabalho. Porque está escondida debaixo de uma montanha de opiniões *achadas*. Fica ali perdida. Até que o trabalho seja feito, com calma, demora e alegria, e ela possa aparecer. Às vezes nem é grande coisa: saber onde está a razão numa briga de vizinhos. Às vezes é uma coisa enorme: o bóson de Higgs, o vírus da AIDS. Não sabemos de antemão. É preciso paciência. Foucault deu ao seu último curso o lindo título de *A coragem da verdade*. Pois é isso mesmo.

E é uma procura alegre. Não há verdadeira raivosa. Há uso raivoso da verdade. Uma tristeza. Coisa tão delicada não merece o ódio. Nem a indiferença. *Eu acho* é um nome para a indiferença. Quando vem colado num *tenho certeza* é uma calamidade arrogante. Não é possível ter certeza sobre nada cuja verdade não tenha sido amorosamente buscada. Limpada do entulho que as nossas opiniões e covardias morais colaram nela. Só então pode ser mostrada. Não sendo assim, não se diga *tenho certeza*. Noel Rosa, que sabia das coisas, tem uma canção que começa assim: *Quem acha vive se perdendo*. Chama-se *Feitio de oração*. É isso mesmo: a procura da verdade tem feitio de oração. E gosto de

transcendência. É maior do que nós. E na maré de citações, vá mais esta, que está lá na Bíblia: *A verdade vos libertará*. Não a opinião. O mercado de opiniões é numeroso e barulhento. A verdade é silenciosa e humilde. E é a coisa mais radical que há.

A coragem da verdade é necessária para derrubar aparências, preconceitos, pré-julgamentos. E leviandades e ódios, com que, por má-fé ou preguiça, a vamos sobrecregando. A menor distância entre dois pontos é uma reta, é o que os geômetras nos ensinam. E a menor distância é a mais fácil. Uma opinião é fácil, um preconceito leva em linha reta a outro. E de reta em reta nos afastamos da verdade pelos caminhos mais curtos. Como a covardia da opinião arrogante acaba sendo desconfortável, saímos-nos com esta: *Tenho certeza. Eu acho*. E pronto. Podemos fazer acordos em torno dessas certezas meia-sola e ir adiante. Mas a verdade não admite acordos. Quem só acha não descobre nada. Vive se perdendo.

Atualmente, neste país crivado de ódios assustadores, a tentação do caminho curto se tornou como que a essência da nossa alma política. Em relação a quase tudo, temos certeza daquilo que apenas achamos. Se achamos, se para nós está na cara, só pode ser verdadeiro. Vai-se ver, em alguns casos é mesmo. Só não podemos saber antes de procurar. *A honesta procura da verdade*, dizia-se muito antigamente, quando honestidade era requisito trivial. Hoje são malvistos os que procuram e esmiúçam, não veem de saída o que está na cara, logo, é verdade. Pode ser. Claro. Mas, honestamente, não sabemos. Pá e lupa são requeridas. Mas teimamos em ter certezas a olho nu.

Exigimos ética na política. Devia

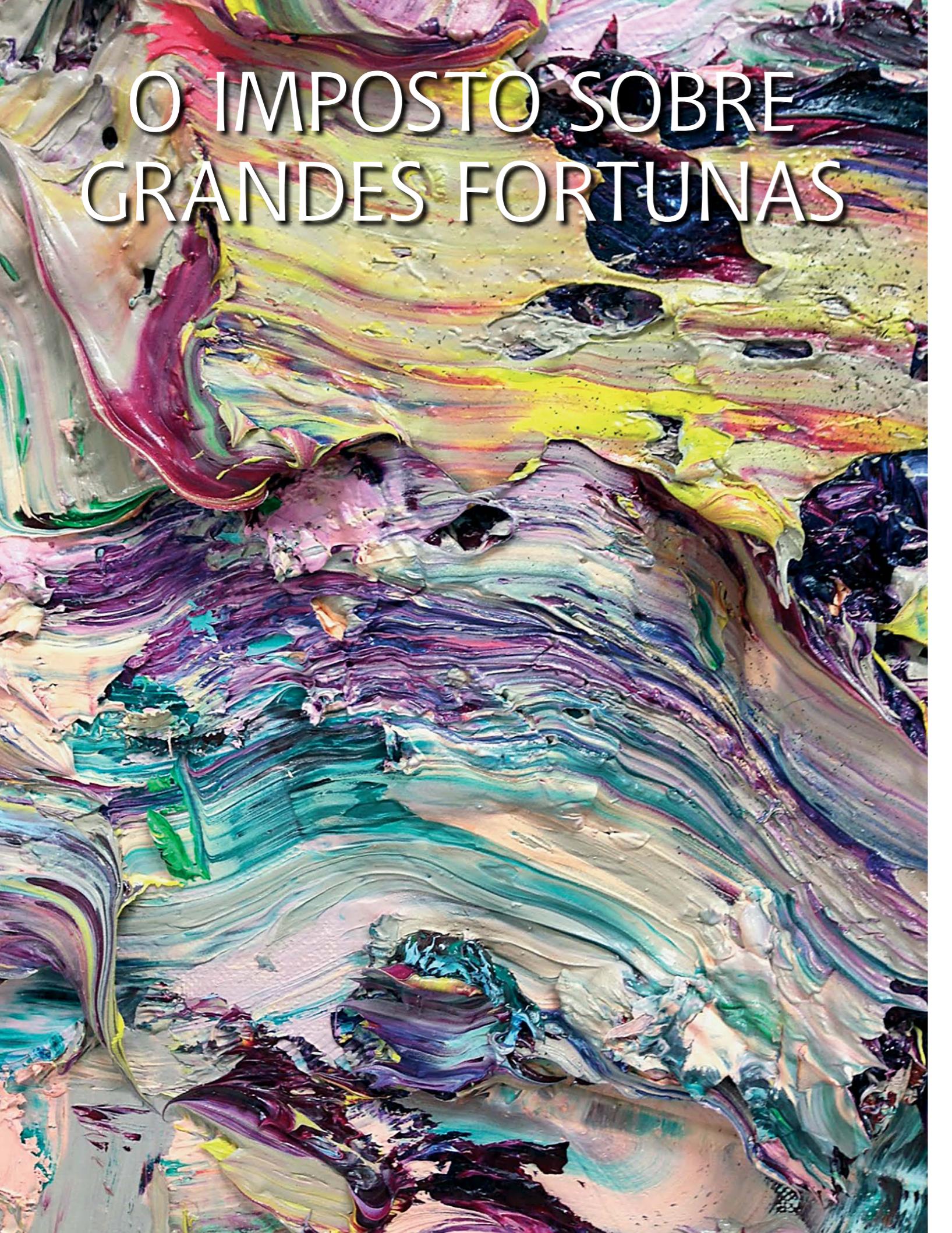
ser obrigação. Virou bandeira. Nós, os virtuosos, apontamos o dedo contra as podridões do poder. As corrupções. Os autobeneficiamentos. A ladroagem. Tudo que desmoraliza a política, que a torna suja, que afasta dela as pessoas de bem. Esses são atos, e são imorais. Os políticos que os praticam, além de imorais são antiéticos por se desconectarem do compromisso com a verdade. E nós também somos antiéticos, quando, na fúria dos nossos julgamentos, nos pomos na arrogância do *eu tenho certeza – eu acho*, sem termos antes ido verificar. Entramos demais, às vezes com boa fé, no pântano das opiniões incertas. Mas ficamos orgulhosos, porque sabemos. Quer dizer, achamos. Quer dizer, temos certeza.

O país está partido. Cada grupo de opinião tem hoje 100% de certeza. No fim da conta, há uns 700% de convicções para uma verdade só, à qual bastam 100%. O resto vira fumaça, quando a verdade aparece. Estaríamos certamente mais felizes se tivéssemos menos certezas automáticas, disparadas pelo botão do ressentimento. E mais um pouco da serena, difícil, coragem da verdade. Seríamos com certamente mais fraternal. E desentupiríamos os canais do ódio.

Isso vale, é claro, para todos. Todos, sem exceção de ideologias ou posições relativas de governo e oposição. E igualmente vale para nós, que assistimos ao espetáculo deplorável da política hoje, aqui, e tornamo-nos deploráveis também, porque, afetados de descompromisso com a verdade, nos precipitamos pelo figado para a opinião condenatória mais próxima. Cegamente. E aí, como haveremos de procurar? Aliás, para quê? Já temos certeza – achamos ■

Fonte: O Globo





O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Ives Gandra da Silva Martins
e Rogério Gandra da Silva Martins
são, respectivamente, presidente do Conselho
Superior de Direito da Fecomercio-SP
e conselheiro do Conselho Superior de Direito
da mesma entidade.
igm@gadramartins.adv.br

Volta-se a falar na introdução do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) no esclerosado sistema tributário brasileiro.

O IGF, previsto no artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal, é da competência impositiva da União, sendo o único que nunca foi instituído.

Do ponto de vista técnico, o tributo é obsoleto e ineficaz. Surgiu no calor dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988). Foi o tributo espelhado no modelo francês, que já o tinha desde 1982 (*Impôt sur Les Grandes Fortunes*). Naquela ocasião, a França era governada por François Mitterrand, membro do Partido Socialista Francês. Adotando a ideologia de seu partido, nada mais *normal* do que a introdução de um tributo que taxasse os ricos. Mas é bom frisar que seu antecessor, Valéry Giscard d'Estaing, juntamente com o então Primeiro-Ministro Barre, em cumprimento a uma promessa de campanha, já haviam estabelecido uma Comissão para estudar a viabilidade de sua imposição sobre grandes fortunas e, depois de pormenorizado estudo, apresentou em 1978, relatório no qual refutou a ideia de se criar o tributo, já que os inconvenientes e as complexidades que a exação fiscal geraria seriam maiores do que as vantagens de sua instituição.

Essa modalidade de tributação afigura-se como técnica fiscal em pleno desuso na grande maioria dos países.

Mesmo assim, a ideia de se tributar as grandes fortunas voltou à ordem do dia na corrida presidencial de 1981, como uma promessa de criação de um tributo socialmente justo, economicamente razoável, com técnica simples, clara e precisa, como se pregava!

Ora, pelo próprio discurso percebe-se o caráter demagógico e eleitoral, uma vez

que de todas as características apontadas nenhuma se condiz com o tributo.

Um tributo que recaia sobre riqueza acumulada sob o argumento de que os ricos devem pagar mais do que os pobres termina mais por afastar do que atrair investimentos, visto que já existem imposições nessa direção, sendo o imposto progressivo sobre a renda o mais clássico exemplo.

A própria prática mostrou que não só na França, mas em todos os países em que o IGF foi adotado, a parcela dos contribuintes de menor capacidade econômica não foi beneficiada, já que o IGF pouco rende e o Estado é sempre ineficiente nesta *falsa redistribuição de riqueza*.

Entendemos ser falsa a redistribuição de riqueza, pois é a sociedade e não o Estado quem a redistribui, pois a produz na forma de bens, serviços, emprego, renda, consumo e patrimônio. Será a sociedade, se não atrapalhada pelo governo, que gerará o círculo virtuoso da economia.

Alegar, outrossim, que o IGF seria *econonomicamente razoável* não condiz com o que vem comprovando o direito e a economia. É sofisma concluir ser *razoável* tributar o patrimônio global dos que mais o detêm. Na tributação patrimonial global, os bens e direitos já foram tributados por outros impostos (no caso brasileiro, o imóvel pelo IPTU, o automóvel pelo IPVA, bens e direitos por impostos indiretos e até a compra desses se deu por renda já tributada). Neste caso, fere-se o princípio da igualdade horizontal, pois tributando o conjunto total dos bens e direitos individualmente já tributados segundo a regra do *tratamento desigual a situações desiguais* cria-se uma tributação que alcança tão somente as universalidades de bens e direitos que em sua soma total perfazem altos valores. À evidência, o IGF carece de qualquer critério de adequação e razoabilidade econômico-jurídica.

Por fim, a justificativa de que o IGF seria *simples, claro e preciso* cai por terra pela própria experiência francesa e mundial lidando com o tributo.

Assim é que o IGF mostrou-se incapaz de atender às necessidades prometidas e esperadas na França, e, em 1986, foi

revogado. Mas no ano seguinte, François Mitterrand buscou a reeleição presidencial defendendo a taxação redistributiva. A nova máscara eleitoral do imposto lastreou-se no princípio da solidariedade visando dar o mínimo existencial aos mais pobres.

Assim, em seu segundo mandato, o imposto volta, mas sob a denominação de *Impôt de Solidarité sur La Fortune - ISF*. Foi este modelo de imposição francesa que inspirou os constituintes brasileiros de 1987-1988, pouco afeitos à verdadeira política tributária.

A experiência mundial tem mostrado que em matéria de IGF:⁽¹⁾ muitos foram os países que o estudaram, mas poucos os que o implementaram e parte dos que o introduziram terminaram por revogá-lo, já que os efeitos positivos foram aquém dos esperados e os efeitos desfavoráveis além dos imaginados; e o tributo sempre foi atrelado a um caráter ideológico e eleitoral.

Como exemplos no mundo, podemos citar a França (já analisada); a Alemanha (criado em 1922, mas declarado inconstitucional, em 1995); os Estados Unidos, o Canadá, a Inglaterra e a Austrália, que estudaram a viabilidade, mas concluíram por não instituir pelo baixo volume de arrecadação, alto custo na cobrança/administração, mesmas razões que levaram Itália, Irlanda e Japão a instituir o tributo, mas revogá-lo posteriormente; a Espanha adotou o tributo em 1977. Em 2008, o tributo é suprimido, pois não alcança os objetivos, mas devido à profunda crise europeia é restabelecido como fonte arrecadatória provisória para os anos de 2011-2015; a Suíça: alíquotas extremamente baixas, não passando de 1% e não representando significativo impacto tributário na carga fiscal global.

Percebe-se, desta forma, que essa modalidade de tributação afigura-se como técnica fiscal em pleno desuso na grande maioria dos países, demonstrando que seus resultados em prol da sociedade são mínimos ou inexistentes.

Tendo em vista os argumentos retro apresentados, entendemos que, no tocante ao IGF, a melhor solução seria expurgá-lo da Constituição Federal por meio de Emenda Constitucional ■

A MIopia GEOPOLÍTICA DE BARACK OBAMA

Reis Friede

Desembargador Federal, Vice-Presidente do TRF2
e Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)
reisfriede@hotmail.com



A repetição dos erros históricos quanto à celebração de maus acordos

"Na minha frente existiam dois caminhos (...) e eu trilhei por um deles (...) e isto fez enorme diferença (...)"

Robert Frost
(in "O Caminho que não Escolhi")

Uma inicial e aparente “negligência benigna” e, posterior e efetiva, “ingenuidade irresponsável” de Barack Obama parece, lamentavelmente, ter cedido lugar a uma verdadeira e extremamente perigosa “miopia geopolítica” no que concerne à celebração do acordo nuclear com o Irã, e com as correspondentes consequências para a estabilidade do Oriente Médio, de modo geral.

Para qualquer estudioso minimamente atento à dinâmica política global, não resta qualquer dúvida razoável que indique que o Irã não está desenvolvendo um *arsenal nuclear* com capacidade estratégica. Muito pelo contrário, todos os fatos indicam justamente o contrário, porquanto este país islâmico, de nítida feição radical xiita (amplamente minoritária, representando menos de 20% do universo islâmico), simplesmente não vislumbra alternativa para a sua própria sobrevivência como grande potência que outrora foi e que aspira voltar a ser. Não é por outra razão que seu ambicioso programa nuclear já testou e incorporou, ao seu arsenal, Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (IRBM's), como também já adquiriu, de seus parceiros comerciais russos (antes das sanções), submarinos, movidos a diesel, classe Kilo (SSK), com possível capacidade adaptada (em desenvolvimento) de lançar Mísseis Balísticos ou de Cruzeiro (SLBM/SLCM's) – a exemplo do que fez Israel com os submarinos alemães classe Dolphin (já operacionais) – e avança, à luz de todas as evidências, para o rápido desenvolvimento de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM's), com reconhecido auxílio técnico norte-coreano, todos estes a serem futuramente dotados de ogivas nucleares.

Não se trata, portanto, da existência de dúvida quanto às evidentes intenções belicistas iranianas, mas, ao reverso, de quando esta Nação terá todo o seu sistema estratégico-nuclear plenamente operacional, com capacidade de atingir, inclusive, o território dos EUA (paralisando, em estratégia nítidamente dissuasiva, o potencial militar estadunidense), e, mais do que isto, do elevadíssimo risco dessas armas, em versões portáteis e simplificadas, cair em mãos de terroristas fanáticos, fomentados e orientados (direta ou indiretamente) pelas lideranças (ou parte delas) iranianas, com consequências inimagináveis para a segurança da sociedade americana e da própria sobrevivência futura da democracia ocidental.

Não há como deixar de reconhecer que as lideranças iranianas têm sido extremamente hábeis em ganhar precioso tempo para o desenvolvimento de tecnologia atômica bélica, enquanto simulam, com notável mestria, o desejo de negociar com o Ocidente um suposto e irrealista (até porque também desnecessário) programa nuclear com fins pacíficos para a produção de energia, eis

que reconhecido possuidor, em flagrante contraposição, da segunda maior reserva de petróleo e gás do mundo. Salta aos olhos, portanto, que detentores de fontes energéticas baratas e praticamente inesgotáveis tenham de investir somas incalculáveis de recursos em uma fonte energética tão controvérsia, além de pouco eficiente e perigosa.

É importante ressaltar que, mesmo sob intensa pressão externa, e sofrendo grandes sanções econômicas, o Irã não tem sinalizado qualquer desejo de se curvar às propostas do Ocidente, o que por si só seria motivo suficiente para os EUA e seus aliados iniciarem estudos em direção a uma nova abordagem para com estas lideranças hostis. Entretanto a miopia de Barack Obama optou ao reverso de todas as evidências, pela assinatura de um controvértido acordo que *reduz* (porém não *elimina*) sua almejada capacidade de produzir armas nucleares, ao prever textualmente que Teerã apenas tenha de *desligar* (e não *destruir*) dois terços de suas centrifugas, que enriquecem o urânio necessário para a obtenção de um *artefato nuclear*, e enviar para o exterior (ou, a critério do Irã, simplesmente *diluir*) 98% do material já processado (a uma perigosíssima taxa de 20% de enriquecimento) em troca de poder resgatar, quase que de imediato, US\$100 bilhões congelados no exterior e, em um curto prazo, poder dobrar as suas exportações de petróleo, além de ter as *sanções econômicas* gradualmente levantadas, o que permitirá rapidamente se reerguer como importante potência regional, desestabilizando a frágil costura geopolítica estabelecida, a duras penas, no Oriente Médio.

Como muito bem já advertia no passado recente Meir Litvak sobre o rascunho do acordo celebrado, “(...) este se encontra distante de ser o melhor compromisso, porque os iranianos poderão continuar a produzir urânio (...); e o problema apenas seria adiado”, ao passo que o mesmo, sob a ótica dos reais interesses (escusos) dos Aiatolás, consoante preleciona Yossi Melman, “acabaria por remover qualquer justificativa para um ataque imediato aos locais nucleares iranianos”, como, em essência, deseja Teerã.

Nesse contexto analítico, parece-nos, portanto, obrigatório concluir que o acordo celebrado ficou muito distante daquele que, por meio de termos e compromissos inequívocos (e perfeitamente *comprováveis*), encerrasse, em definitivo, o programa nuclear iraniano, com todas as suas inevitáveis consequências, considerando que qualquer outro tipo de *ajuste*, como o que foi celebrado, sempre permitirá um *programa paralelo secreto* que inevitavelmente conduzirá, mais cedo ou mais tarde, ao desenvolvimento e à aquisição de armas nucleares por parte do renascido Império Persa.

Com o propósito de se construir uma melhor *cognição contextualizante*, cumpre, ainda, destacar pronunciamento do ex-Secretário de Defesa Robert Gates (mentor inicial da equivocada tese de se estabelecer um acordo nuclear com o Irã), para quem “o único meio de não ter um Irã nuclear é fazer o governo iraniano entender que sua segurança diminui ao possuir tais armas, em vez de reforçá-la”, o que, convenhamos, é uma afirmativa surpreendente em seu âmago, à luz de todas as evidências, não apenas no sentido de ser esdrúxula e absolutamente *incorrecta*, mas, com toda certeza, totalmente desconectada com qualquer lógica argumentativa razoável.

É por demais evidente que as lideranças iranianas, infladas de extremistas (ou simpatizantes), sabem muito bem que, ao contrário desta percepção ingênuas, o peso relativo (e a própria estabilidade política) do regime xiita (e seu correspondente prestígio regional e mesmo internacional) aumentará imensamente com a posse de armas termonucleares e seus respectivos meios de lançamento estratégicos.

Pensar de modo diverso, expressa não somente uma autêntica e preocupante *dissonância cognitiva*, como ainda materializa um absurdo hiato entre o *desejo projetativo* e a *realidade observável*, posto que não há qualquer divergência significativa entre os mais sérios e respeitados especialistas em segurança internacional, no sentido de que a única forma efetiva de não ter um Irã nuclear é impedir – inclusive, se necessário, com o emprego do poderio militar aeroespacial norte-americano – que este país obtenha tais armas.

O acordo obtido e tão festejado pela miopia cegante de Barack Obama chega a beirar o absurdo do inacreditável, uma vez que não prevê sequer a *destruição da infraestrutura construída clandestinamente*, o que permitirá ao Irã, em 10 anos, se cumprir os exatos termos do ajuste, ou em muito menos tempo, se o fizer ao arrepio dos seus termos, a obtenção da bomba atômica. E, pior, os recursos econômicos para tanto (que outrora inexistiam) vão ser liberados, segundo os termos do pacto celebrado, imediatamente.

Por outro lado, muito embora o cerne do acordo, segundo Barack Obama, tenha sido a *verificação* e não a *confiança*, o texto de Viena estabelece que uma comissão conjunta (e não a AIEA) deve analisar os pedidos de visita às instalações mais sensíveis, e que o prazo de análise (para eventual e posterior aprovação) deverá ter duração de 24 dias. Só então serão abertas as portas para os inspetores da AIEA, o que, como bem adverte DAVID MILLER (ex-assessor do Departamento de Estado/EUA) “é tempo suficiente para realizar

manobras suspeitas e ocultar rastros” (Veja, 22/7/2015, p. 65).

Não obstante seja cediço reconhecer que todo erro de política externa norte-americana enseje, tenha ensejado e venha a ensejar consequências irreversíveis para esta Nação – não somente em termos de projeção do poderio militar, mas também (e fundamentalmente) de credibilidade política frente à Comunidade Internacional – cumpre destacar, neste diapasão analítico, que *ter errado no Iraque* (quando se acreditou, em 2003, equivocadamente existirem armas de destruição em massa com potencial nuclear) – mesmo com o preço da perda de quase 5.000 soldados – foi (e continua sendo) muito menos gravoso do que ter errado, alguns anos antes (1998), no muçulmano e instável *Paquistão* (onde absolutamente nada se fez para impedir o acesso à tecnologia e a incorporação, em seus arsenais, de mísseis balísticos dotados de ogivas nucleares, com graves riscos de serem os mesmos, direta ou indiretamente, desviados para os mais diversos “*terroristas de plantão*”) e, mais recentemente, na Coreia do Norte (2008), com riscos assemelhados.

Ainda que se possa afirmar, em contraposição crítica, que estas questões, em grande medida, pertençam ao “*passado*”, elas correspondem necessariamente a importantes lições que jamais podem ser esquecidas e, neste sentido, resta imperativo registrar – com toda necessária ênfase – que, simplesmente, não há espaço, *ipso facto*, para errar no Irã.

Por efeito consequente, o *dilema* que supostamente se apresentou (e que, ao que tudo indica, paralisou as ações estadunidenses e, especialmente, seu gigantesco poderio militar) não pode ingenuamente incluir, no presente momento, uma pseudo tranquilidade em relação à nuclearização do Oriente Médio. Muito pelo contrário, a diplomacia norte-americana terá de ser muito hábil para convencer os *sauditas* a não buscarem a tecnologia nuclear bélica (inclusive a ser adquirida diretamente do sunita Paquistão, que necessita urgentemente de muitos recursos econômicos para prover estabilidade política) e os israelenses de verem, de braços cruzados, a nuclearização de todo o Oriente Médio.

Aliás, não se pode deixar de considerar que, no campo militar, a hipótese de *não agir* muitas vezes não pode ser considerada e, sim, apenas (e restritivamente), a de *como agir*, seguindo, neste sentido e sem mais espaços para a presença de verdadeiras *incongruências geopolíticas*, os importantes – e sempre atuais – mandamentos do General George Patton, para quem “*a passividade sempre foi, ao longo da história, uma prescrição para a derrota*” ■

O LADO PERVERSO

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

mcambesesjr@gmail.com

Osociólogo francês Henri Mendras (1927-2003) batizou o termo *contra-sociedade* para referir-se a todos os integrantes de um determinado grupo social que não podem ou não querem seguir o ritmo e as exigências que este lhes impõe. Seu expoente natural seria aquele indivíduo que por impossibilidade, ou simples falta de desejo, não consegue se adaptar à velocidade com que se move o seu entorno social, transformando-se, consequentemente, em um verdadeiro pária dentro da sociedade a que pertence, ou seja, um deslocado, um ser excluído, um autêntico *homo sacer*.

Nos dias atuais, bem poderíamos falar de uma contra-sociedade mundial. A mesma estaria composta por todos aqueles que não conseguiram assimilar o ritmo evolutivo da sociedade globalizada. O número de desadaptados pode contabilizar-se em dezenas de milhões. E mais ainda, dia a dia aumenta o número de pessoas que, em todas as regiões do planeta, albergam o temor e a angústia de sentirem-se excluídas das filas dos seres produtivos. São pessoas comuns que vivem atormentadas e sob a ameaça permanente da exclusão social.

Os números desta contra-sociedade têm sido manejados com bastante frequência. Michel Rocard, ex-primeiro ministro da França, aponta os seguintes dados: 30% da população ativa dos Estados Unidos, ou seja, quarenta milhões de pessoas vivem em situação de pobreza ou precariedade social, ao passo que 30% da população ativa nas três grandes regiões do mundo industrializado pode qualificar-se como desocupada ou marginalizada. Por sua parte, Jacques Chirac, ex-presidente da França, assinala que os países que compõem a União Europeia contam com dezoito milhões de desempregados e cinquenta milhões de cidadãos sob a ameaça de exclusão social. Os países integrantes da OCDE, o clube dos estados mais ricos do

DA GLOBALIZAÇÃO

planeta, contam hoje com trinta e cinco milhões de desempregados. E o que dizer dos países em vias de desenvolvimento?

A conjunção entre um desenvolvimento técnico acelerado, sustentado na automação e associado à ausência ou abandono generalizado das normas de proteção social estão fazendo aumentar, assustadoramente, o número de desempregados e de subempregados. O Brasil, lamentavelmente, em face da atual crise que o assola, é um bom exemplo de país que tem aumentado substancialmente sua competitividade e inserção na economia global à custa de um notável incremento das filas de desempregados.

A lógica deste perverso processo é simples. Sob o impacto de uma competição produtiva sem fronteiras e sem medidas, em que a redução de custos transformou-se em dogma, não há espaços para considerações sociais. Existe a tendência, por essa via, de uma nivelação por baixo, na qual a mão-de-obra mais barata, ou a substituição desta pela tecnologia, determinam a sobrevivência dos produtos no mercado. A tecnologia e a redução de custos laborais são os grandes dinamizadores do novo crescimento econômico. Como bem assinala a revista *Fortune*, em sua edição de abril de 1996: “Os avanços tecnológicos unidos aos implacáveis desempregos em massa, dispararam a produtividade e elevaram, consideravelmente, os ganhos da indústria”.

Frente a esta dura realidade, os países apresentam a tendência de se transformarem em um autêntico bazar persa, competindo entre si para fazer maiores concessões ao grande capital, como via para captar inversões e garantir o crescimento econômico. O resultado desta postura é que se observa o abandono do sentido do coletivo e do imprescindível papel do Estado em matéria de arbitragem e de observância da regulamentação social. Que outra coisa poderia fazer o Estado? Este se vê incapacitado para fazer frente ao volume e à dinâmica dos capitais privados. Os três maiores fundos de pensão estadunidenses, *Fidelity Investments*, *Vanguard Group* e *Capital Research & Managements* controlam em torno de quinhentos bilhões de dólares. Impotente, o Estado teve de se adaptar às exigências do grande capital, sem poder evitar que o homem se transforme, cada vez mais, no lobo do próprio homem.

A força emergente após o ocaso do Estado é, obviamente, o grande capital privado transnacional. Este governa a economia globalizada, passando por cima de fronteiras e atropelando governos, impondo leis à sua conveniência e promovendo uma acirrada e desumana competição entre países, a serviço de seus interesses. Prova incontestável disso, encontramos no acordo multilateral sobre inversões que está sendo negociado na Organização Mundial de Comércio, que submeteria as leis regulatórias dos países

membros às objeções internacionais, restringindo a capacidade dos Estados para ditar políticas econômicas de interesse nacional. A pergunta a fazer, nesse caso, é a seguinte: que lógica domina o grande capital transnacional? Esta se sintetiza em uma consideração fundamental: a rentabilidade imediata. A necessidade de dar resposta às exigências de curto prazo, de um gigantesco número de acionistas anônimos, tem se transformado, efetivamente, na razão de ser fundamental do processo econômico em curso. Dentro desse contexto, as grandes corporações competem ferozmente entre si para captar as preferências dos acionistas, livrando-se de tudo aquilo que possa significar um peso na busca por maiores rendimentos.

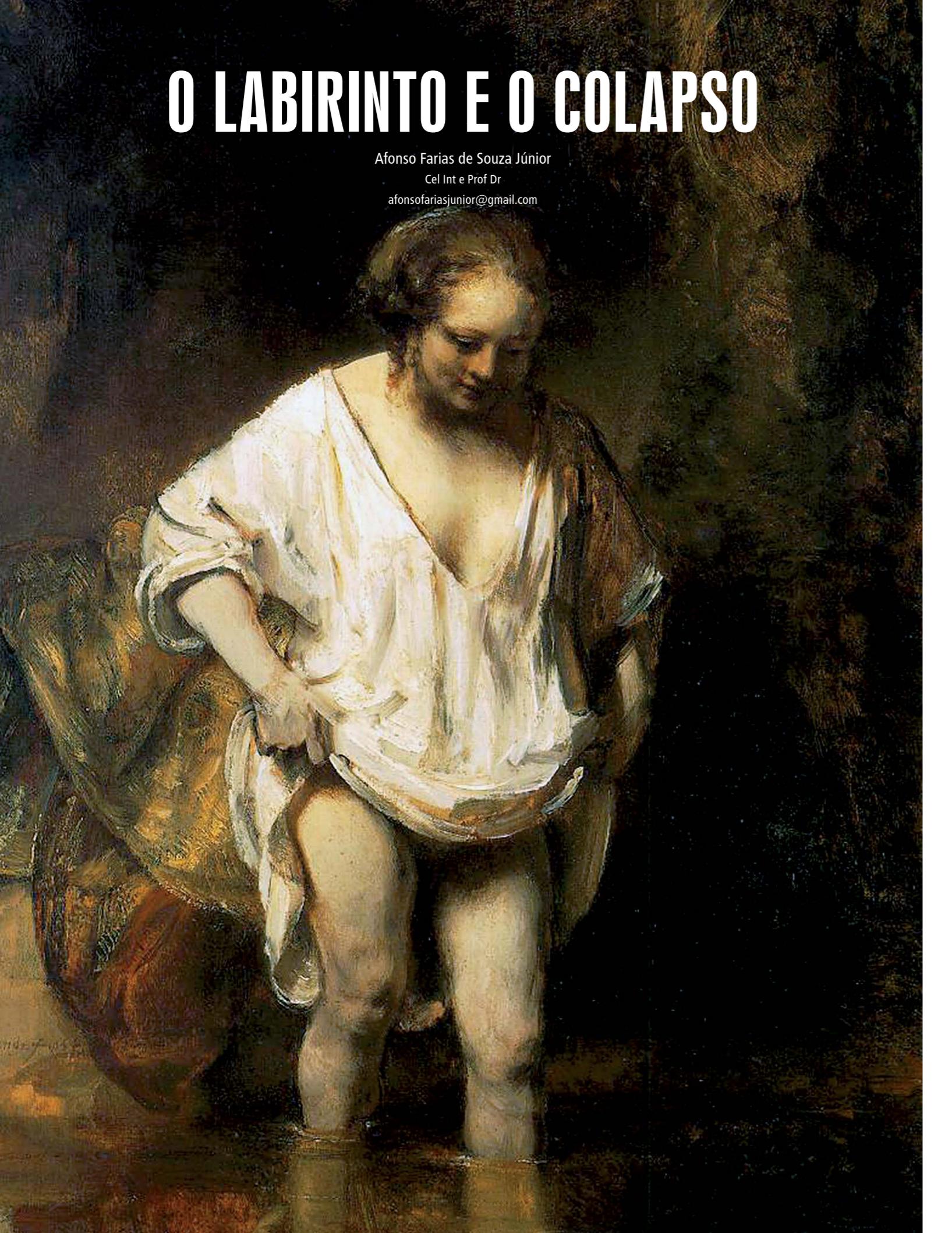
Entretanto quem é esse acionista anônimo que sustenta a engrenagem e dita as regras da economia globalizada? Este não é outro, senão o homem comum: o operário, o gerente médio, o funcionário público, o profissional liberal, a dona-de-casa, ou seja, o mesmo homem comum que vive atormentado pelo fantasma do desemprego e com medo de vir a engrossar, com sua presença, as filas da grande contra-sociedade dos dias atuais. Por meio de sua cotização e na busca de máximo rendimento para as suas economias, investe em fundos de pensões e fundos mutuais ou, por intermédio de pequenas inversões de capitais, nas Bolsas de Valores. Desta maneira, paradoxalmente, ele tem se transformado em atuante protagonista deste perverso processo econômico que o atemoriza e o encurrala.

Segundo um curioso processo circular imposto por esta globalização perversa em que vivemos na atualidade, o homem comum tem se transformado em seu próprio inimigo, erigindo-se feroz e desapiedadamente frente a si mesmo ■



O LABIRINTO E O COLAPSO

Afonso Farias de Souza Júnior
Cel Int e Prof Dr
afonsofariasjunior@gmail.com



Muitos ainda estavam desavisados e a crise irrompia silenciosamente. O ano de 2014 foi decisivo. O crescimento negativo do PIB (- 0,59%), em 2014, não foi suficiente para mostrar a desorientação na qual caminhava o Brasil.

Em 2015, parece que tudo ficou claro, mas muitos ainda afirmavam não haver problemas ou crise... Tudo era conspiração. O governo não estava tão mal assim, falavam. Impressionou a forma como a imprensa tratou o assunto, sempre minimizando o problema. A crise instalou-se e todos passaram a mostrá-la a seu modo.

O Panorama Econômico Regional, relatório do Fundo Monetário International (FMI) divulgado em outubro de 2015, abordou os escândalos, a corrupção, as investigações, as possíveis irregularidades da campanha presidencial e, também, sobre as questões políticas que envolvem a presidente do Brasil.

O FMI deixa claro que a origem da crise brasileira é principalmente interna, mas o alcance dos erros e desmandos misturados à bandalheira política é internacional. A degradação da Petrobrás, as propinas monstruosas, a compra da refinaria em Pasadena, a ingerência nos preços de combustíveis, projetos incompletos e mal concebidos (caso Abreu e Lima) etc. foram criações políticas oriundas de um processo decisório planejado e a execução dessas ações determinou a desgraça institucional da estatal.

Hoje, tem-se uma crise em três dimensões: gestão, economia e política. O espaço da gestão é o menos intenso, embora não menos importante. De nada adianta trabalhar eficiência do gasto público neste momento, pois praticamente 91% do orçamento federal compõem-se de despesas obrigatórias ou vinculadas. Sobram menos de 10% para manobrar procedimentos. A questão orçamentária deve ser revista e modificadas as amarras que condicionam a Lei Orçamentária Anual. Reduzir ministérios e órgãos pouco significa, pois, intrinsecamente, o inchaço continua. As defasagens salariais entre

cargos públicos e privados são alarmantes, o país não aguentará essa demanda. Os empregos na máquina pública cresceram demais e a função ideológica é responsável direta por essa questão. Mérito, profissionalismo e carreira foram desestimulados. Qualquer um pode ser qualquer coisa, ocupar qualquer cargo.

A economia vem a reboque da questão política. Autoridades econômicas, antes de 2015, discursavam que as contas públicas estavam sob controle e que os números pouco diziam da real situação que o Brasil se encontrava. Esgotaram o vocabulário e a realidade evidenciou-se com clareza: crescimento negativo, inflação alta (e subindo), aumento da dívida pública, credibilidade abalada, dólar batendo recordes, desemprego crescente etc. A Standard & Poor's (S&P), agência de classificação de risco, rebaixou o país e o colocou em nível *junk*, isto é, perdeu o selo de bom pagador e foi incluído como espaço especulativo. A S&P espera o crescimento da dívida geral do governo para 53% do PIB, em 2015, e 59%, para 2016. Em 2014, era 47%. Esse conjunto de fatores conspira para animar um desastre econômico maior, um colapso sinérgico.

A questão política é central e extremamente relevante. Havia um governo de coalizão que foi perdendo força e a ruptura aconteceu com a eleição do presidente da Câmara dos Deputados, no início de 2015, e intensificação das investigações na Petrobrás. A forma de tratar o Executivo mudou e modificaram-se as relações entre os poderes da República. Há tempos que análises específicas apontavam para as *pedaladas* e outras incorreções governamentais, mas pouco era levado em consideração. Havia também a questão dos recursos de campanha e até se duvidava das urnas eletrônicas. As suspeções foram tomando corpo e, recentemente, o TCU resolveu rejeitar as Contas do governo relativas a 2014. Agora, diferentemente do que alegam, há uma peça oficial para incriminar diretamente o governo. Aliado a tudo isso, espera-se ainda por outra decisão oficial,

que se refere à arrecadação/aplicação dos recursos financeiros da campanha da presidente. Caso a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) seja desfavorável ao governo, vagará o cargo de presidente da República.

A relação do partido do governo e do próprio governo com as outras legendas, segundo a opinião de parlamentares, sempre foi confusa e pouco confiável. Desde 2003 que o pagamento das emendas individuais ao orçamento nacional foi condicionado ao voto alinhado com a orientação da presidência da República. Essa obrigação, aos poucos, foi corroendo a confiança, pois o governo não liberava essas emendas mesmo obtendo os votos dos parlamentares.

Assim, a caminhada governamental não está fácil, a verdade aflora com firmeza e a vida dos cidadãos só piora. Com certeza, mais impostos serão aplicados, mas antes, para acalmar a opinião pública e facilitar os processos e procedimentos que serão adotados, a crise poderá ser mitigada pela saída do governante mor de plantão.

Como diz Gabeira (Revista Veja/10 Out. 2015): *o momento é uma encruzilhada entre a ira popular e a enrolação institucional. Com todos os seus condenáveis excessos, a raiva nas ruas é que tem mais potencial transformador.*

Na beira do precipício, o discurso governamental é que se deve respeitar o pluralismo democrático e a **necessidade de união** em torno dos superiores interesses nacionais. Até pouco tempo, tudo isso era rechaçado.

Pelo exposto, o governo está em um labirinto em que a saída poderá acontecer exatamente pelo iminente colapso político e econômico, caso as coisas não aconteçam por vias racionais, legais e com sabedoria. A ausência de lideranças responde por diversos defeitos desta democracia, assim como a baixa credibilidade de autoridades e instituições. O somatório desses fatores representa o caos nacional, que se agravará pela baixa velocidade de resolução dos conflitos e falta de bússola dos dirigentes ■

CAMINHA O BRASIL PARA UM NIILISMO COMO AQUELE

Jober Rocha
Economista
MS UFV/MG, Doutor pela Universidade Autônoma de Madrid
rochajober4@gmail.com

A palavra niilismo traduz um conceito que, por estar relacionado à Ética e à Moral, além de abranger restritamente a Filosofia e a Literatura, passou a alcançar também diferentes áreas do conhecimento humano, como a Ciência, a Arte, a Política, as Teorias Sociais etc. Trata-se de um sentimento (ou de uma percepção) que acomete o indivíduo com relação à ausência de finalidade e de respostas sobre o porquê da sua existência; isto é, refere-se à própria desvalorização do motivo de existir. Tal sentimento faz com que os valores humanos sejam depreciados e os princípios que norteiam a vida social se dissolvam. Como já dito, por alguém, em algum lugar: "A superfície, antes congelada, das verdades e dos valores tradicionais encontra-se despedaçada, o que torna difícil ao indivíduo prosseguir em seu caminho ou, então, permitir que ele aviste um ancoradouro".

Um dos principais filósofos a estudar o niilismo foi o alemão Friedrich Nietzsche, embora depois dele outros tantos tenham se ocupado deste tema (Spengler, Max Weber, Heidegger, Sartre e Albert Camus, por exemplo). A origem do conceito pode ser encontrada em Platão e no Cristianismo; muito embora, uma das primeiras menções ao niilismo tenha sido feita durante a Revolução Francesa, para se referir àqueles que não eram nem a favor nem contra a revolução.

Nietzsche, segundo alguns autores, distinguiu dois tipos de niilismo: o passivo e o ativo. O primeiro ele considerava uma evolução do indivíduo, quando, demolindo antigos valores, dava lugar a novos valores que, por sua vez, não seriam fixos; pois tal determinação era considerada como uma atitude negativa, conforme pensava o filósofo. O segundo tipo propunha uma atitude mais ativa, renegando valores metafísicos tradicionais e direcionando a força vital do indivíduo para a destruição da moral vigente. Após esta destruição tudo cairia no vazio, sendo a vida desprovida de qualquer sentido e, na falta de quaisquer valores, restaria a este apenas esperar pela morte.

Em algumas épocas e em algumas regiões, o niilismo já teve, no passado, sua ocorrência verificada como um fenômeno característico da vida social: na França, durante a Revolução Francesa, conforme já mencionado, e na Rússia Czarista de Alexandre II, no período de 1881 a 1885. Condições diversas (de ordem política e econômica, mas também cultural e ideológica) proporcionaram ambiente propício ao seu desenvolvimento, que se apresentou como uma reação popular às antigas concepções religiosas, metafísicas e idealistas, até então vigentes. Uma atitude negativa e de desprezo caracterizou o movimento niilista na Rússia daquela época; todavia, isto tudo estava mais ligado a valores pessoais dos indivíduos do que, propriamente, a uma atividade política.

Voltando ao filósofo, vemos que Nietzsche destacava três momentos na vida do indivíduo, para que o niilismo nele se instalasse. O primeiro deles se apresentaria quando da crise na denominada *categoria meta*; ou seja, quando o ser humano tomasse consciência da agonia do em vão, isto é, quando se deslindisse com relação à existência de uma meta em sua vida ou quando compreendesse que, mesmo no futuro, nada seria obtido ou alcançado por ele, rompendo, assim, uma das vigas de sustentação dos seus valores tradicionais.

O segundo momento estaria relacionado à denominada *categoria unidade* e se daria quando o indivíduo perdesse a crença em um sentimento universal, isto é, em uma unidade de sentimentos que abrangesse todos os seus iguais. Esta totalidade ou universalidade, sustentada pela unidade, teria por finalidade última a crença no seu próprio valor individual. A descrença no sentimento de universalidade de sentimentos derrubaría, assim, a segunda viga de sustentação dos valores tradicionais.

O terceiro momento ocorreria quando o indivíduo vislumbrasse estar localizada em suas próprias carências psicológicas, a verdadeira razão que deu origem à criação de todo um arcabouço metafísico para orientar e sustentar seus valores éticos e morais. O niilismo que acometeria o indivíduo, neste terceiro momento, seria, assim, a resposta dele ao se contrapor (por total descrença) a crença na existência de um mundo real (e metafísico) que pudesse verdadeiramente nortear o seu futuro e, certamente, melhorá-lo.

Fazendo, agora, uma ilação, entre tudo aquilo dito anteriormente e a situação vivida por grande parte dos cidadãos brasileiros, na atualidade, encontramos motivos para pensar na possibilidade de estar sendo, aos poucos, instalado entre a nossa gente um sentimento niilista como aquele definido por Nietzsche, sentimento este que tenderia a se generalizar. Explico-me melhor: o primeiro momento (crise da categoria meta), salientado por Nietzsche, já ocorre há algum tempo. Em qualquer dos quatro campos do Poder Nacional (Econômico, Político, Militar e Psicossocial), por mais que a sociedade se dedique e que os anos passem, sempre ficamos no mesmo lugar ou até mesmo caminhamos para trás. Se isto é notado no nível macro, o mesmo pode ser também percebido no nível de micro unidades; isto é, entre as famílias e as pequenas empresas, notadamente, em decorrência do alto custo de vida, das carências de toda ordem nos vários setores da vida nacional, da recessão econômica que a todos atinge e da elevadíssima carga tributária incidente sobre preços, serviços, salários e rendas.

Em raríssimos casos, ao final de uma existência toda dedicada ao trabalho, o brasileiro pode gozar de uma velhice tranquila, sem preocupações de ordem financeira. Em razão da estrutura política montada no país e do aparelhamento político partidário das instituições dos três poderes, constata-se a quase total impossibilidade futura de uma eventual mudança no quadro vigente, em que pesem as manifestações públicas clamando por tais mudanças já realizadas por todo o país. Em pleno século XXI, restam reformas por fazer na Educação, na Política, no Sistema Financeiro, no Sistema Fiscal, na Saúde, na Segurança Pública, na Agricultura, na Estrutura Fundiária etc. A primeira viga, portanto, já estaria, assim, comprometida. O segundo momento (crise da categoria unidade) também já estaria ocorrendo, com a nossa população dividida em categoria ou classes: ricos, remediados e pobres; negros, pardos e brancos; comunistas, socialistas e capitalistas; democratas, progressistas, conservadores, liberais e ditatoriais; heterossexuais, bissexuais, transexuais e homossexuais; católicos, protestantes, espíritas, ateus etc. O estabelecimento de todas estas diversidades, que separariam os indivíduos ao invés de os unirem, estaria aca-

DEFINIDO PELO FILÓSOFO FRIEDRICH NIETZSCHE?



bando com o sentimento de unidade e dando ensejo ao surgimento do sentimento do Eu e do Eles e ao *salve-se quem puder*. A segunda viga, portanto, também já poderia estar carcomida. O terceiro momento, embora de caráter mais intelectualizado, poderia também ser vivenciado pelo homem comum, desde que houvesse uma transvaloração de seus valores (isto é, em que acreditasse que o mal é bom, que o vício é a virtude e vice-versa); o que, sem dúvida, já vem ocorrendo desde algum tempo, proporcionado pela mídia nativa, por meio da divulgação do comportamento denominado *politicamente correto*, comportamento este que tenderia a substituir a moral tradicional, estabelecida pela Religião, por uma nova moral a ser estabelecida pela Política.

Voltando ao niilismo russo, podemos constatar que o mesmo, na ocasião em que ocorreu, não possuía qualquer intenção revolucionária ou um ideal de reconstrução social; todavia, tendo sido reprimido violentemente pela polícia do Czar (que prendeu e matou suas principais personalidades), fez recrudescer as ações de ambos os lados e acabou no assassinato do próprio Czar Alexandre II, avô de Nicolau II que, por sua vez, destronado e morto pela Revolução de 1917, ensejou o fim da dinastia dos Romanov.

Dentro dos marcos traçados anteriormente, da mesma forma que aquele niilismo russo, o nosso eventual niilismo também não possuiria uma intenção revolucionária, muito pelo contrário. Sua motivação principal seria mais ligada a valores pessoais do que a quaisquer conotações de cunho político-partidário ou mesmo ideológico. Tratar-se-ia tão-somente de cidadãos pacíficos que contrários ao desvio de recursos públicos e à corrupção generalizada (praticados estes sem nenhum constrangimento pelos detentores do poder, integrantes dos três poderes da República e do meio empresarial), influenciados pelo novo comportamento *politicamente correto* divulgado e incentivado

pela mídia, passariam a descer dos valores éticos e morais tradicionalmente vigentes; bem como, da possibilidade de um futuro melhor para si mesmo, seus familiares e seus negócios, por não acreditarem mais neste futuro. Muitos brasileiros pensam e proclamam o desejo de mudar-se do país, só não o fazendo em grandes proporções por dificuldades várias (de ordem financeira; de transporte, em razão de nossas dimensões continentais; de avançada idade cronológica; de restrições externas para a imigração etc.). Muitos pensadores, jornalistas, escritores,

cientistas sociais, economistas etc. falam em décadas perdidas; ou seja, períodos recentes em que deixamos de crescer e nos desenvolver econômica e socialmente ou, mesmo, em que regredimos para níveis bastante inferiores para aqueles já alcançados no passado. Estas décadas perdidas nada têm a ver com a conjuntura internacional e foram perdidas, exclusivamente, por um mau planejamento e pela má gestão da coisa pública.

– Nada parece dar certo em nosso país. Tudo é feito de maneira errada e na contramão da História e daquilo que faz o resto do mundo! – são frases ditas, com frequência, por gente do povo e por profissionais de várias áreas.

Pelo exposto até o momento, as pré-condições para o estabelecimento generalizado do niilismo em nosso país, da forma como definida por Nietzsche, eu creio que já existem. Se ele vai ou não se instalar, definitivamente, nos corações e nas mentes dos nossos cidadãos dependerá, em muito, da futura ação de alguns poucos juízes, promotores, militares e políticos com visão de futuro, patriotas e compromissados com o combate à corrupção (e ao crime de uma maneira geral) e com a manutenção da Ética e da Moral tradicionais ■

O COMEÇO DO FIM



DO BOLIVARIANISMO

Ovéu populista caiu e expôs a carranca feia do socialismo que só sabe dividir, jamais criar riquezas.

A vitória de Macri na Argentina representa o começo do fim do bolivarianismo na América Latina. É um marco importante a oposição mais à direita ter derrotado o candidato kirchnerista, mesmo com todo o abuso da máquina estatal após tantos anos. Maduro cambaleia na Venezuela também, que já está mais perto de um regime ditatorial completo. No Brasil, o PT anda na corda bamba, lutando para evitar o *impeachment* de Dilma.

Todos eles são chavistas na essência, uma mistura de caudilhismo populista com o “socialismo do século XXI”. Agem em conjunto, desde que decidiram fundar o Foro de SP no começo da década de 1990, para “resgatar na região o que havia se perdido no Leste Europeu” após a queda do Muro de Berlim. Quase conseguiram.

O êxito do avanço socialista no continente é inegável. Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina, Brasil: todos dominados por partidos intervencionistas de extrema-esquerda, que foram asfixiando as liberdades individuais e estendendo os tentáculos do Leviatã estatal por todo lugar. Instituições republicanas foram cedendo espaço para o poder arbitrário do caudilho, visto como “messias salvador” e representante direto dos pobres.

Os petrodólares e a bonança produzida pelo cenário externo permitiram a fartura nos cofres públicos, viabilizando o populismo escancarado, a compra de votos disfarçada de “conquistas sociais”. Esmolas estatais insustentáveis seduziam dos mais pobres às elites, todos fazendo vista grossa aos abusos de poder e escâ-

dalos de corrupção, pois parte do mesmo sistema podre.

Mas o que era doce se acabou. O cenário externo piorou para os emergentes, o preço do petróleo caiu, e a irresponsabilidade fiscal desses governos perdidários cobrou seu preço. A inflação disparou, a atividade econômica despenhou, o desemprego aumentou. E com ele a insatisfação popular, o cansaço dos que não aguentavam mais pagar a fatura e a revolta dos que perderam as mamatas. O véu populista caiu e expôs a carranca feia do socialismo que só sabe dividir, jamais criar riquezas.

A imprensa fora controlada quase toda nesses países, mas o pouco que restou independente foi capaz de mostrar os escândalos infundáveis de corrupção e as mazelas econômicas e sociais que os governantes tentavam esconder. Culpar sempre fantasmas estrangeiros, como o capitalismo, ficava simplesmente ridículo na era das redes sociais. Mesmo os mais ignorantes percebiam que os socialistas tentavam apenas criar bodes expiatórios para seus próprios erros.

A comparação com os países que não mergulharam no mesmo modelo esquerdista era inevitável e também esfregava na cara de pau dos bolivarianos suas mentiras. Os países da Aliança do Pacífico avançavam com mais crescimento, menos inflação e estabilidade social, enquanto os membros do fracassado Mercosul afundavam na lama vermelha. Não se tratava de uma conspiração da CIA, dos judeus ou americanos capitalistas, e sim de uma desgraça causada pelo esquerdismo mesmo.

Os desmandos autoritários dos go-

vernantes, os escândalos de corrupção, o fracasso econômico, tudo isso serviu para arranhar bastante a imagem da esquerda populista na região, permitindo o crescimento espontâneo de movimentos populares liberais. O discurso em prol dos mais pobres conquistava apenas uma minoria muito ignorante, e tinha a adesão dos artistas engajados e “intelectuais” com ódio patológico do capitalismo liberal.

A mobilização foi grande, unindo pessoas de vertentes ideológicas diferentes, que perceberam a necessidade urgente de se resgatar uma República democrática. Sempre haverá terreno fértil para populistas com mensagens igualitárias na América Latina, onde ainda existe muita ignorância e miséria. Mas surgia a oportunidade para uma reação, uma vez que o fracasso socialista ficara evidente demais para ser ignorado.

É nesse contexto que devemos celebrar a vitória de Macri, e encará-la como apenas um primeiro passo rumo à reconstrução latino-americana. Ainda não é o candidato ideal, mas a prioridade é interromper o avanço socialista. Ele vai enfrentar uma pedreira e descascar um enorme abacaxi, pois o legado socialista é sempre um rastro de destruição. Mas quanto antes se começar a remar na direção certa, melhor.

No Brasil, ainda precisamos nos livrar do PT, o representante chavista no poder. Não será fácil e se engana quem já decreta sua morte. Não podemos jamais subestimar o inimigo. Mas raiou um feixe de luz e esperança: se nossos *hermanos* conseguiram colocar Kirchner para correr, então também podemos dar um pé na bunda do lulopetismo ■

"O PROTAGONISTA EXAGERADO DO ESPETÁCULO



Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel Av

2º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica
lmauro@uol.com.br

Como era esperado e, mais do que isso, como toda a Nação sabia que aconteceria, diante das evidências do conchavo conhecido como acordão, o procurador-geral da República teve sua recondução ao cargo aprovada pelo Senado.

Falta de visão ou interesses inconfessáveis teriam levado senadores a fingir acreditar em tantas mentiras contadas pelo sabatinado.

Acusado de *vazar seletivamente os nomes dos parlamentares investigados*, o procurador cometeu um ato falho: afirmou, enfaticamente, que não era um *vazador contumaz de informações sigilosas*, o que não afasta a possibilidade de ser um *vazador* eventual ou, mesmo, seletivo, como lhe fora imputado⁽¹⁾. E as evidências apontam nesse sentido, já que, ao contrário do que disse, não houve *especulação* por parte da imprensa, mas a difusão antecipada da lista por quase todos os meios de comunicação.

Mais uma vez, confundiu-se ou pretendeu confundir os senadores quando se esquivou de responder à acusação de que tinha dado guarda a um irmão, já mortos, e a seu suposto cúmplice, procurados pela Interpol, sob a alegação de que *não participaria dessa exumação pública de um homem que nem sequer poderia defender-se*. A verdade é que não era seu irmão que estava sendo acusado e que deveria defender-se, mas ele, da acusação de abrigar *uma dupla de contraventores*⁽¹⁾.

Do TRISTE FIM DA DITADURA PETISTA"

Procurador-Geral da República e afastar o Senado da Câmara, para isolar o Deputado Presidente da Casa que se opõe ao Governo e, em seguida, livrar-se dele.

Esses, como muitos outros questionamentos, ficaram sem resposta minimamente satisfatória, mas isso não tem importância, tudo já estava acertado no "acordão" e a sabatina não passou de uma encenação para contestar o processo de recondução.

Grande novidade! Isso nem sequer deveria ser considerado. Alguém seria capaz de imaginá-lo confessar: *Sim, nós fizemos o acordão, e, no encontro reservado que tive com o Presidente do Senado, garantimos que nem ele nem mais nenhum outro senador seria denunciado (pelo menos até sermos reconduzidos como Procurador-Geral...).* Negar, veementemente, não tem qualquer valor sem provas ou, pelo menos, fortes indícios que reforcem a negação, mas que não foram apresentados.

Até políticos e eleitores anencefálicos, que tenham escapado do aborto defendido pelo PT, perceberiam que o procurador-geral da República jamais teria sido reconduzido se ele e a presidente não tivessem dado razoáveis garantias de que o presidente do Senado e os outros senadores investigados seriam poupanados. Se o "acordão" será cumprido ou não, é outra questão.

No artigo *Dois Pesos e Duas Medidas*, de 23 de agosto de 2015 (jornal *Inconfidência* nº 2018), dissemos: *Contudo, esse "acordão" deverá durar pouco, pois nenhuma das partes envolvidas caracteriza-se por cumprir a palavra empenhada. Isso, porém, é irrelevante.*

O conluio, porém, já terá cumprido sua finalidade: reconduzir ao cargo o

Não interessa à sociedade que as controvérsias sobre a eleição se perpetuem;

Os eleitos devem poder usufruir das prerrogativas de seus cargos;

Os derrotados devem conhecer sua situação e se preparar para o próximo pleito.

O ministro Gilmar Mendes não tratou de impedir a presidente de governar, nem da inconformidade de derrotados com o resultado das eleições, mas, simplesmente, de saber se houve contratação de empresas de fachada para falsa prestação de serviços, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro ou a prática de outros crimes que possam caçar a chapa até agora considerada vitoriosa nas eleições de 2014.

O procurador-geral disse que sua postulação à recondução não tem como objetivo a *satisfação* de seu ego ou a *sofreguidão do poder*. Talvez não tenha somente esses dois objetivos. Parece claro que também quer continuar a servir a seu governo em vez de servir à sua Nação, como disse na sabatina⁽¹⁾, e, no afã de fazê-lo, apontou a *inconveniência* de a Justiça e o Ministério Público Eleitoral se tornarem *protagonistas exagerados do espetáculo da democracia*⁽²⁾, mas parece que ele mesmo não se incomoda de se prestar ao ridículo papel de *protagonista exagerado no espetáculo do triste fim da ditadura petista* ■

1- <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/collor-faz-acusacoes-em-sabatina-contra-gestao-de-janot-na-pgr.html>

2- <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ao-arquivar-nova-acao-contra-dilma--janot-aponta-inconveniencia-do-tse,1753012>

A REPÚBLICA DOS CÍNICOS

Marco Antonio Villa
Historiador



Só sairemos da crise econômica quando resolvemos as crises, ética e política. É uma tarefa de sobrevivência nacional.

Lembra o Conselheiro Aires, célebre personagem de Machado de Assis, que o inesperado tem sempre voto decisivo nos acontecimentos? O ano parecia caminhar para o encerramento. E em tons inglórios. O confrontamento da crise política estava sendo empurrado para 2016. Tudo indicava que o impasse – produto em grande parte da inoperância das forças políticas de oposição ao projeto criminoso de poder – iria se prolongar, até porque o calendário político do Congresso não é o mesmo que vigora para os brasileiros comuns. Na Praça dos Três Poderes, 2015 termina por volta do dia 11 de dezembro, e o ano vindouro só começa depois do carnaval – e para alguns somente em março.

Os acontecimentos de 25 de novembro, porém, vieram para atrapalhar – ainda bem! No dia anterior foi preso José Carlos Bumlai, considerado um dos melhores amigos de Lula. Bumlai conseguiu empréstimos privilegiados do BNDES. Acabou falindo. Contudo, a família está em excelentes condições financeiras. Um dos seus filhos, segundo noticiou O GLOBO, é um rapaz de sorte. Tinha um patrimônio avaliado em R\$3,8 milhões em 2004. Seis anos depois, saltou para R\$95,3 milhões, um crescimento de 25 vezes, algo digno de um livro de como prosperar rapidamente na vida. Mas o mais fantástico é que em 2012 o filho prodígio mais que duplicou o patrimônio: R\$ 273,8 milhões.

O amigão de Lula vendeu uma de suas fazendas – a Cristo Redentor – para o banqueiro André Esteves por R\$195 milhões, valor considerado muito acima do preço de mercado. O mesmo banqueiro, também no dia 25, foi preso, envolvido em transações pouco republicanas. É um dos representantes de uma nova classe criada pelo petismo: a burguesia do capital público.

Nesta teia de relações foi incluído o senador Delcídio Amaral, líder do governo no Senado. O senador, além de vínculos com

Estevão e Bumlai, nos últimos anos esteve muito próximo de Lula. E todos eles estão relacionados com o *Petrolão*, alguns já presos; outros, ainda não. A camarilha tinha na Petrobras o instrumento principal de saque. De acordo com perícia da Polícia Federal, o desvio do *Petrolão* foi de R\$42 bilhões, algo desconhecido na história do mundo.

Mesmo assim, os cínicos que nos governam continuam agindo como se nada tivesse acontecido – isso para não falar das obras da Copa, da Ferrovia Norte-Sul, da Usina de Belo Monte e de Angra-3. E a conjunção da corrupção com a irresponsável gestão econômica acabou jogando o país na crise mais grave da história republicana. Teremos dois anos consecutivos de recessão – sem esquecer que em 2014 o crescimento foi zero. E caminhamos para a depressão.

O significado mais perverso do projeto criminoso de poder e da crise econômica é a destruição dos projetos de vida de milhões de brasileiros. São projetos acentuados anos e anos e que a discussão da macropolítica acaba deixando de lado: os sonhos da casa própria, de obter um diploma universitário, de se casar, entre tantos outros, que, subitamente são inviabilizados. E os maiores atingidos são os mais pobres, que não têm condições de sequer vocalizar suas queixas, seus protestos.

A velocidade da crise não pode mais ser controlada. Quando o governo aparenta viabilizar um acordão negociado com o que há de pior na política brasileira, vem a Operação Lava-Jato para atrapalhar o negócio – pois não passa de um negócio. A ação do juiz Sérgio Moro é histórica. Age dentro dos estritos termos da lei e já obteve grandes vitórias. Até o momento, foram 75 condenações, 35 acordos de delações premiadas, 116 mandados de prisão e R\$1,8 bilhão recuperados. E a 21ª fase da Lava-Jato acabou impedindo o acordão. Não é que a Justiça age na política. Não. É

a política – entenda-se, os partidos e parlamentares de oposição – que não consegue estar à altura do grave momento histórico que vivemos. A oposição não faz a sua parte. Evita o confronto como se a omissão na luta fosse uma qualidade. Se estivesse no Parlamento inglês, em maio de 1940, defenderia negociar a paz com Adolf Hitler. O governo Dilma caminha para o fim sem que a oposição seja o elemento determinante.

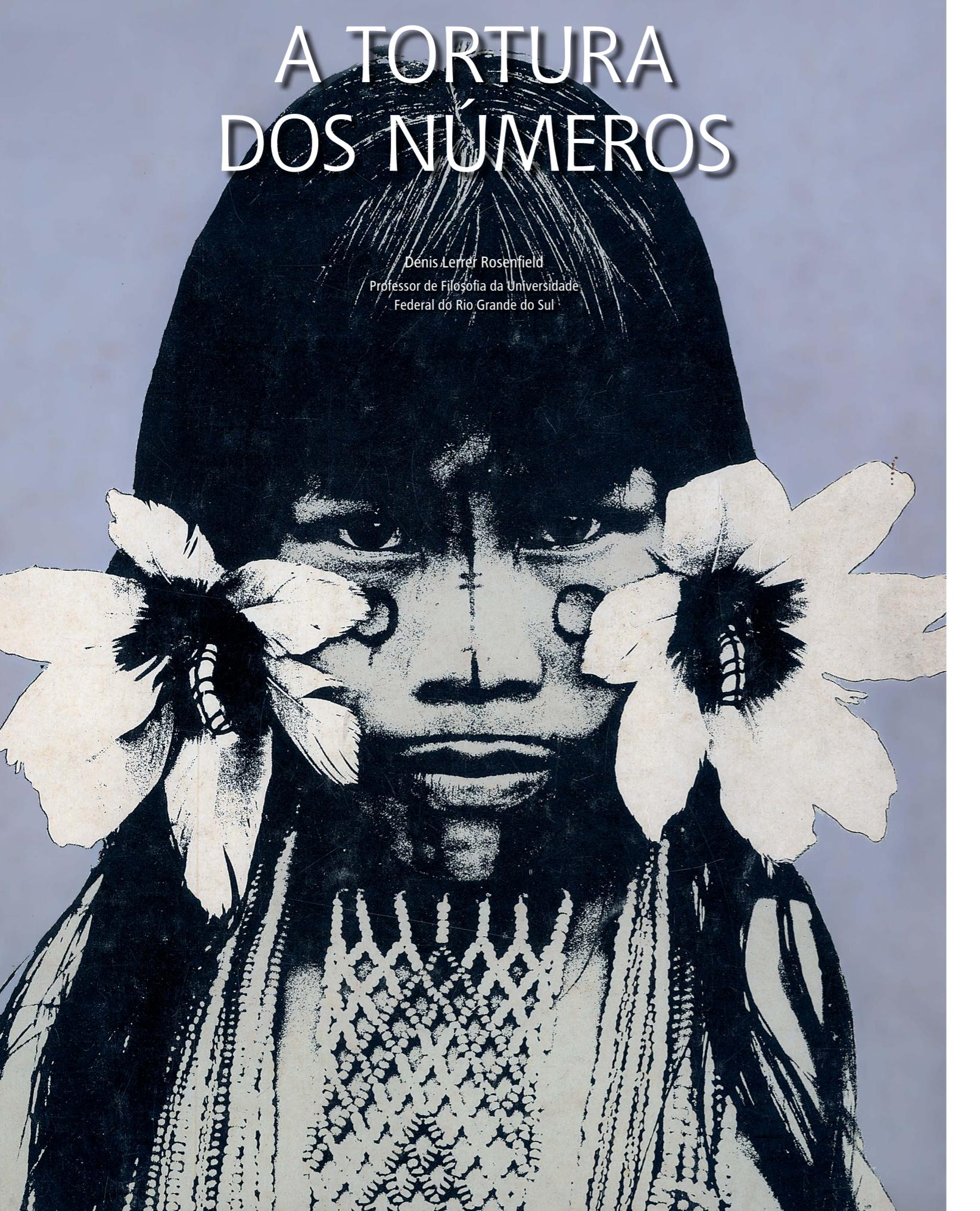
Há uma fratura entre o povo brasileiro e a Praça dos Três Poderes. O poder é surdo aos clamores populares. Não é hora de recesso parlamentar. Recesso para quê? Em meio a esta crise? É justamente nesta hora que o país precisa dos seus representantes no Congresso Nacional. Também não cabe a quem é responsável no STF pela Operação Lava-Jato – ou ao conjunto da Segunda Turma – gozar as intermináveis férias forenses. Há momentos na História de um país que férias ou recesso não passam de subterfúgios para esconder o desinteresse pelos destinos nacionais.

Só sairemos da crise econômica quando resolvemos as crises – ética e política. É uma tarefa de sobrevivência nacional. Não é apenas um caso de corrupção de enormes proporções. É mais, muito mais. O conjunto da estrutura de Estado está carcomido pelo projeto criminoso de poder. A punição exemplar dos envolvidos no *Petrolão* abre caminho para enfrentar a corrupção em todos os setores do Estado – pensando Estado no sentido mais amplo, incluindo o conjunto dos Três Poderes.

É indispensável retomar a legitimidade. E só há legitimidade com o combate implacável à corrupção. A impunidade está solapando as bases do Estado Democrático de Direito. A democracia não é instrumento para roubar o erário e os nossos sonhos. Pelo contrário, é por meio dela que podemos exercer o controle efetivo da coisa pública. É somente por meio da democracia que construiremos o Brasil que sonhamos ■

A TORTURA DOS NÚMEROS

Denis Lerner Rosenfield
Professor de Filosofia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul



Fonte: O Globo

índios querem médicos, televisão, automóveis e instrumentos de trabalho, e não a volta do xamã.

Os números, por mais que sejam torturados, não permitem que se diga algo diferente do que expressam. Distorções possuem racionalmente limites, salvo para os que se contentam com imposturas ideológicas. Um dos casos desta impostura está presente no Mato Grosso do Sul, a propósito da atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esta entidade da Igreja entrou na luta propriamente política, denunciando um suposto *genocídio* da etnia guarani naquele estado.

Procuram, com isso, prejudicar os empreendedores rurais, como se fossem responsáveis por tal *situação*. Vão, mesmo, mais longe, apregoando um boicote internacional aos seus produtos. A impostura não conhece fronteiras!

Os números da Superintendência da Inteligência de Segurança Pública do estado do Mato Grosso do Sul são eloquentes. Eles mapeiam os casos de homicídio doloso tendo como vítimas indígenas. Eles cobrem os anos de 2008 até 2015, totalizando 229 casos, com os respectivos Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais instaurados. Os inquéritos permitiram apurar a definição de autoria de 167 casos, perfazendo um percentual de esclarecimento de 72,9%. Nestes, 85 são de adolescente infrator indígena, totalizando mais de 50% dos casos apurados.

Os autores indígenas perfazem um total de 155 dos casos apurados, enquanto autores não indígenas apenas nove casos, ou seja, a violência é de indígena contra indígena, e não de branco contra indígena, como os agentes ideológicos não se cansam de apregoar. Criaram o conceito de *genocídio* em completo desapego aos fatos. Buscam a plateia das ONGs nacionais e internacionais, que estão mais preocupadas em denegrir a imagem do país do que em ajudar os indígenas.

Se atentarmos para a motivação dos crimes, os oriundos do consumo de bebidas e drogas totalizam 88 casos, restando quatro por vingança, 44 por de-

sentimento interpessoal/ciúmes e por motivos fúteis 47 casos. Não figuram aqui os conflitos agrários que estão em causa, mas sim o abandono, a falta de políticas públicas e uma maior integração social e econômica.

A tendência do CIMI e da FUNAI, além de ONGs nacionais e internacionais, consiste em tudo reduzir a um conflito fundiário, na verdade, na luta que representam contra o lucro, o agronegócio e o capitalismo em geral. A sua posição esquerdizante Ihes impede de perceber as mudanças culturais profundas que essas tribos sofreram. Clamam isto sim, por melhores condições de saúde, de educação e de políticas públicas que reduzem e eliminem os preconceitos dos quais são ainda objeto.

A posição do CIMI é particularmente reveladora, pois foram as políticas missionárias da Igreja que, no passado, mudaram, senão destruíram as formas religiosas tribais, produzindo importantes conflitos identitários, ou seja, pessoas que perdem suas identidades – no caso as tribais e religiosas – são as que se sentem abandonadas no mundo. Suicídios possuem também causas culturais, religiosas.

Ora, este órgão da CNBB está, na verdade, transferindo para os empreendedores rurais uma responsabilidade que, de certa maneira, é sua. Trata-se de uma espécie de sentimento de culpa, acompanhado de uma desresponsabilização moral. No caso, operaram uma conversão, a conversão ao marxismo via Teologia da Libertação, como se assim pudesse voltar a outro tipo de trabalho missionário.

No estágio de aculturação em que essas tribos se encontram, o mais adequado seria a adoção de políticas públicas que os contemplassem como pessoas em busca de bem-estar, e não meras peças de museu que deveriam ser preservadas. Necessitam, isto sim, de políticas públicas voltadas para uma melhor qualidade de vida. Querem médicos, televisão, automóveis e instrumentos de trabalho, e não a volta do xamã.

Em boa hora, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul criou a CPI do CIMI, tendo como presidente a deputada Mara

Caseiro e como relator o deputado Paulo Corrêa. Trata-se de um trabalho sério de investigação, voltado para desvelar a névoa ideológica que cerca as atividades desta entidade e de ONGs correlatas.

Não estamos diante de um filme de faroeste, em que se podem discriminhar *mocinhos* e *bandidos*. A realidade é muito mais complexa e nuancada. Ambos, na verdade, são vítimas, vítimas de políticas estatais e, mesmo, eclesiásticas, que têm como objetivo colocar essas duas partes, com suas expectativas de direito respectivas, em confronto.

A FUNAI, por seu lado, nada faz para equacionar os conflitos. Ela, de fato, é parte do problema, e não de sua solução, incentivando lutas e confrontos. Considera as suas *demarcações de terras* como sagradas, quando são frequentemente distorcidas, baseadas em laudos antropológicos de cunho ideológico.

Ademais, aferra-se a desrespeitar as decisões do Supremo, estabelecidas quando do julgamento do caso da Raposa Serra do Sol. Ora, dentre outras condicionantes, estipulou a nossa Corte Máxima o marco temporal da Constituição de 1988, como linha divisória das terras indígenas e vedou a ampliação de territórios indígenas. Termina, assim, por criar uma infinidade de conflitos e judicializações, reclamando, por outro lado, desta mesma judicialização!

Na verdade, este órgão estatal procura colocar-se acima do Estado e do STF. Se seguissemos a sua política, os empreendedores rurais deveriam ser simplesmente expropriados de suas terras, como se não tivessem títulos de propriedade reconhecidos pelo Estado há décadas, anteriores à Constituição de 1988.

Logo, se há necessidade de mais territórios indígenas em algumas áreas, por razões de explosão demográfica ou outra, não adianta insistir no conflito. A razão exigiria apostar na solução e esta passaria pela compra de terras, segundo valor de mercado, com pagamento em dinheiro. Se isto ocorresse, ambas as partes poderiam ter suas expectativas de direito atendidas.

Por que não uma aposta na negociação e no reconhecimento mútuo de direitos? ■

CARNAVAIS, MALANDROS

Show do passista
Celyinho no desfile
da Mangueira

Para uma sociologia do dilema brasileiro

Foto: Domingos Peixoto - Agência O Globo

E HERÓIS

Roberto DaMatta
Síntese feita por João Victorino
Jornalista
fevijo@gmail.com



Logo nas primeiras linhas de *Carnavais, Malandros e Heróis*, o antropólogo Roberto DaMatta alega que o seu intento era entender o dilema do brasileiro. Comenta que existe uma grande abundância de interpretações, que procuram contar a História de modo linear, com um princípio, um meio e um fim; com bandidos e mocinhos, partindo da geografia para a família e o povo. Pretendeu saber o que faz o *brasil*, Brasil. Essa é a chave para desvendar o que existe hoje e aquilo a que chamamos de pátria.

De imediato ele procura explicar o motivo que o levou a grafar o nome do país com um **b** minúsculo. Para ele Brasil, com o **B** maiúsculo, é uma combinação real das mais diversas possibilidades humanas, onde aparecem valores e um padrão que julgam as atitudes, as ações. Esse Brasil tem memória, situação geográfica e permite uma ligação afetiva.

Por outro lado, o Brasil, com **b** minúsculo não apresenta essas características, sendo propenso à degeneração e à morte do ponto de vista social e biológico. Um verdadeiro objeto sem vida, desanimado. E esse embate entre os dois *brasí*s é que serviu de base para a construção de uma identidade, com pontos positivos e negativos.

A seguir, o autor se embrenha na tarefa de mostrar como esse povo vive numa comparação com outros países. Comenta que o homem ou a mulher ficam ansiosos para retornarem ao lar tão logo terminam a jornada de trabalho, tendo a rua como elo de ligação nesse ir e vir, a pé, de trem, de metrô, de ônibus ou qualquer outro meio de transporte. Assim, o lar e a rua se misturam e se completam, caracterizando-se não como meros espaços geográficos, mas como uma construção de vida.

DaMatta enfatiza que a residência é um fato social totalizante, onde a pessoa

encontra harmonia e tranquilidade. Por seu lado, na rua, tem a luta, a batalha e até o perigo. Enquanto no trabalho a característica é a concorrência e as mais diversas situações oriundas dessa labuta. Retrata o trabalho no Brasil como um castigo, enquanto para os calvinistas americanos pode ser o melhor caminho para chegar à salvação.

Além da comparação com os Estados Unidos nessa questão do trabalho diário e também da forma como os oriundos da raça negra são tratados, ele também enfoca a questão racial, a miscigenação. Ao contrário de outros autores que partem da premissa de que isso foi um fator preponderante na dificuldade de se construir a identidade nacional brasileira, ele deixa claro que essa diversificação teve um forte componente para uma oposição à liderança do branco ocidental, não aceitando que o mulato fosse a degeneração das raças.

Eis que surge o carnaval na sua história, visto como um teatro a céu aberto e uma inesgotável fonte de prazer e alegria. A festa, como ocorre no Brasil, é mais livre, irreverente, criativa e popular, em relação à de todos os demais países onde costuma ocorrer.

Por aqui, o luxo e a riqueza abrem alas para os pobres vivenciarem personagens oriundos da história da nobreza e totalmente distanciados da vida dura e amarga que vivem nos demais dias do ano, em que se pode notar uma total ausência fantasiosa e utópica de miséria, trabalho, pecado e deveres.

DaMatta situa o carnaval como uma festa em que os foliões estão dispostos a entregar tudo de si, como o seu corpo, a sua alma, e a sua energia. Também retrata um encontro das mais diversas camadas da sociedade, surgindo assim uma inevitável busca de igualdade das imposições sociais tradicionais no dia a

dia da população, quando ricos e pobres têm vida distinta.

As condutas peculiares ao brasileiro, como a malandragem e o jeitinho, também surgem neste livro. Retrata essa modalidade de jeitinho como um modo pacífico de resolver os problemas. Isso pode ser identificado com as famosas *carteiradas*, e o não menos célebre *sabe com quem está falando?*. É a malandragem tomando conta da situação. É a opção pela desonestade burlando a lei.

A presença da Igreja também se faz sentir nesta obra. O autor traz referências bem delineadas aos caminhos para se chegar a Deus, comentando que esse pode ser um modo de ordenar o mundo, facultando a nossa compreensão para coisas muito complexas, como a ideia de eterno, tempo, perda, desaparecimento, mistérios inerentes à experiência humana.

DaMatta diz que a Igreja é uma forma básica de religião, marca do lado impessoal de nossas relações com Deus. *Um lado de fato, onde a intimidade eventualmente pode ceder lugar às regras fixas, que conduzem a uma impessoalidade nos cultos que legitimam de qualquer modo as crises da vida.*

O autor deixa claro que fazer uma leitura do Brasil não pode ser tão simples, como construir um livro. Sendo bem mais ampla do que parece. Este *Carnavais, Malandros e Heróis* foi mais um passo para a descoberta de nossa identidade e a nossa formação sócio-cultural, principalmente no que se refere a uma sociedade que segue uma lógica relacional, que a faz moderna e tradicional. Ao final da leitura pode-se concluir que a sociedade brasileira não é homogênea, mas sim heterogênea ■



Diolásia Cheriegate
Jornalista
diolasia@terra.com.br

Parte movidos pelo sentimento de brasiliade e parte motivados pelo desejo de melhor conhecer uma Amazônia só vista na mídia, iniciamos a primeira etapa de nossa viagem a Carajás no Aeroporto do Galeão (RJ), na manhã do domingo, 6 de setembro.

Seguimos até São Luiz, capital do Maranhão, onde nos hospedamos no Hotel Pestana e, ao longo da tarde, fizemos um tour.

Localizada na Ilha de Upaon-Açu – ilha grande em Tupi Guarani – a cidade de São Luiz, fundada pelos franceses (8/12/1612), invadida pelos neerlandeses e, por fim, colonizada pelos portugueses, está localizada entre as baías de S. Marcos e S. José de Ribamar.

Naquela tarde de domingo, deserto pelo feriadão do Dia da Pátria, a cidade nos encantou por sua beleza natural, pelo seu Centro Histórico (bairro de Praia Grande) e pela modernidade de seus bairros expandindo-se principalmente para cima, em altos edifícios. Casarões, sobrados e solares de grandes barões, hoje abrigam espaços culturais, lojas e restaurantes.

Visitamos no Centro Histórico – considerado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade – o Palácio dos Leões, sede do governo maranhense; a Matriz da Sé – Catedral de Nossa Senhora da Vitória – a Feirinha de Artesanato de Praia Grande e apreciamos os tão louvados ladrilhos azuis portugueses dos antigos prédios da redondeza.

Os ludovicense sentem orgulho de seu Guaraná Jesus, do Bumba Meu Boi, do fantasma da Anna Jensen, de terem sua cidade considerada como a capital

caribenha brasileira e, culminando, de seu Porto de Itaqui, o segundo mais profundo do mundo. Por ele é escoada grande parte da produção agrícola da Amazônia e o minério extraído de Carajás.

Deixando São Luiz por sua Estação Ferroviária ‘Anjo da Guarda’, seguimos no trem de passageiros da Companhia Vale, ao longo da Estrada de Ferro Carajás, até Parauapebas, um percurso de 892 km e 16 horas de viagem, passando por 25 localidades e municípios, tais como Santa Inês, Açaílândia, Marabá, Altamira, entre outros.

A Estrada de Ferro Carajás foi desenvolvida com o objetivo de oferecer apoio ao desenvolvimento e à exploração do Projeto Grande Carajás. Sua construção teve início em 1982 e, em 1985, o Presidente João Batista Figueiredo a inaugurou. Por ela são transportados por volta de 350.000 passageiros e 120 milhões de toneladas de cargas por ano. Grande parte das com-

posições chega a ter 330 vagões, puxados por três locomotivas. Como combustível, os trens usam o B20 – mistura de biodiesel vegetal com 80% de diesel – o que propicia a redução de CO₂ no meio ambiente. Por apresentar um raio mínimo de curva de 860 m e rampa de 0,4% no sentido exportação, é possível aos trens desenvolverem velocidade máxima de 132 km/hora. Desde 2010, a EFC vem sendo duplicada.

Hospedamo-nos no ‘Vale dos Carajás Park Hotel’ e na manhã seguinte (terça-feira) visitamos o que restou de Serra Pelada, região na Serra de Carajás que na década de 80 foi, literalmente, invadida por milhares de pessoas, acalentadas pelo sonho de enriquecer por meio do garimpo do ouro.

Veiculada a notícia, já no primeiro mês, acorreram à região cerca de 5.000 pessoas e afirma-se que esse número tenha chegado a 80.000. Muitos conseguiram o sonhado enriquecimento, porém, outros tantos, não. E depois da extração de muitas toneladas do precioso minério, o montante baixou consideravelmente (1992), fato, que, aliado a outros fatores, motivou seu fechamento.

Na lista desses outros fatores incluem-se as péssimas condições de trabalho num calor intenso, doenças as mais variadas, dentre elas, as pulmonares, motivadas pela inalação do monóxido de ferro misturado à poeira ambiente; os frequentes desmoronamentos de barrancos – levando à morte de 20, 30, 60 garimpeiros de uma só vez – e a violência. Apesar da proibição da presença de mulheres e bebidas no garimpo, a violência era grande e conta-se que assassinatos eram cometidos quase que diariamente.

A agressão ao meio ambiente era indescritível! Hoje, porém, passados mais de 25 anos de quietude, Serra Pelada se recupera e se reintegra à natureza.

Almoçamos, nessa terça-feira, dia 8, em Curionópolis, a famosíssima cidade do Coronel Sebastião Curió, vilarejo que se formou em função do apoio às necessidades básicas dos garimpeiros.

Hoje aquele antigo e efervescente vilarejo se apresenta com aspecto de local abandonado, cuja população sobrevive à custa do extrativismo vegetal e de uma agricultura de subsistência. Observa-se no olhar ainda esperançoso de sua bondosa gente a crença a um retorno de fartura e abundância. Permanece a centelha do sonho, em que a presença do ouro, muito ouro, os recompense das decepções e da espera desse retorno.

Em Serra Pelada, o dia começava com o hasteamento da nossa Bandeira e o canto do Hino Nacional. Tal ritual diário, tão simples quanto simbólico, amalgama-

va o que havia de melhor nos corações daqueles seres humanos, transpondo-os a um elevado sentimento de brasiliade e pertencimento. Foi o que observamos ao assistir um vídeo, produzido pela BBC, na Cooperativa dos Garimpeiros, em Curionópolis.

Sabe-se hoje que, outra mina, dessa vez localizada na cidade de Canaã dos Carajás, apresenta minério de ferro na concentração de 85% e está para ser ativada. Tal perspectiva soa aos brasileiros como a oportunidade de redenção econômica e de aceno a melhores dias para o nosso povo.

Na sexta-feira, dia 11, visitamos o Mercado do Produtor, ao lado de nosso hotel, e ali sentimos a autenticidade dos produtos regionais com seus aromas, cores e exoticode.

Retornamos, ao Rio de Janeiro, envaidecidos pela infinita riqueza do nosso solo e subsolo. Reflexivos – e mesmo apreensivos – quanto à visão, à atuação política, à responsabilidade de nossos governantes, e ao uso desse extraordinário patrimônio. E retornamos, sobretudo, encantados com a maior riqueza de que pode dispor uma Nação: seu povo! ■



Membros do Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro

Expedito Carlos Stephani Bastos
Pesquisador de Assuntos Militares e Coordenador
do Núcleo de Estudos Estratégicos do Instituto
Histórico e Geográfico de Juiz de Fora

História da

O poder aéreo nasceu em 1913, após o homem adquirir o domínio das máquinas voadoras, um pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, mediante acordo governamental, tivemos a presença de militares franceses ligados ao que, naquele tempo, não era ainda uma arma aérea, mas uma capacidade bélica de emprego dos *engenhos voadores*.

Assim, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, se fez presente uma missão militar, com o objetivo de treinar pilotos militares da Marinha e do Exército, visando ao emprego de aeronaves em objetivos militares.

Essa missão deu origem à Escola Brasileira de Aviação, que iniciou suas atividades em 2 de fevereiro de 1914, interrompendo-as em 18 de junho do mesmo ano. Evidentemente, o desenvolvimento da Aviação como arma aérea teve o seu início na Primeira Guerra Mundial, quando aeronaves foram empregadas em missões de Observação no campo de batalha.

A partir dessas missões de Observação, passou-se a utilizar o avião também para a regulagem de tiros de artilharia e para missões de interceptação de aviões inimigos, incrementando-se a utilização da potencialidade da arma aérea.

Surgia, assim, no cenário mundial, a Aviação de Caça que, inicialmente, conduzia atiradores de elite nas naceles traseiras das aeronaves, atirando nos aviões inimigos que tentavam realizar Observação.

Daí evoluiu-se para o lançamento de bombas, a princípio com a mão, e, posteriormente, com o emprego de engenhos mecânicos, seguindo-se a instalação de uma maior capacidade de tiro a bordo da aeronave e operada pelo próprio piloto.

Esses fatores serviram de estímulo e desafio para as mentes militares que, naquela ocasião, tiveram disposição e oportunidade de participar ativamente no desenvolvimento dessa nova arma.

Na época, o Brasil recebeu uma série de aeronaves para treinamento de

suas aviações – Militar (Exército) e Naval (Marinha) – e enfrentou o novo desafio, adestrando e preparando suas equipagens, além de, seguindo uma tradição histórica iniciada no século 17, partir, pelo ar, para o desbravamento do interior do país, lançando-se na abertura de novas rotas aéreas, com o apoio do Departamento de Comunicações do então Ministério de Viação e Obras Públicas, que fazia o controle do movimento dessas e de outras aeronaves.

Foi grande a participação das comunidades municipais, que, para auxiliar a nossa Aviação, escreviam o nome da cidade sobre o telhado das estações ferroviárias, como forma de orientar os aviões que seguiam para o interior do país. Nessa época, as facilidades e auxílios para a navegação aérea praticamente inexistentes.

A 12 de junho de 1931, dois Tenentes da Aviação Militar – Nélson Freire Lavenére-Wanderley e Casimiro Montenegro Filho – pilotando um Curtiss Fledgling,

Força Aérea Brasileira

saíram do Rio de Janeiro e chegaram a São Paulo, conduzindo uma mala postal (com duas cartas). Nascia assim o Correio Aéreo Militar (CAM).

Esse CAM, atualmente denominado Correio Aéreo Nacional (CAN), permanece com a missão de assegurar a presença do Governo Federal nos mais diversos rincões do Brasil, o que levou o nosso Congresso, tocado por um forte espírito cívico, a exigir da Força Aérea Brasileira a continuidade da operação do Correio Aéreo Nacional, incluindo-o na Constituição de 1988.

Os fatos históricos abordados até o momento permitiram que se criasse no país, no final da década de 30, uma atmosfera de questionamento sobre a arma aérea, e de que forma deveria ela ser administrada pela Nação.

Debates calorosos ocorreram, tanto no Clube Militar como nos jornais da época, movidos por aviadores militares das duas Aviações Militares – Marinha e Exército – que buscavam defender posições: se

as armas aéreas deveriam continuar no âmbito das duas Forças, ou se elas deveriam agrupar meios aéreos de ambas e constituir uma arma única e independente, vindo a ser a única a administrar a atividade aérea no Brasil.

A segunda corrente prevaleceu, tornando-se vitoriosa no dia 20 de janeiro de 1941, quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, tendo como primeiro titular da pasta um civil, o Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho. Esta foi a solução adotada pelo governo de então para manter as duas Forças em harmonia.

Os anos seguintes permitiram um engrandecimento do setor aeronáutico brasileiro, tendo sido criada uma respeitável infraestrutura por todo o país, aumentando a capacidade tecnológica e organizando toda a Aviação Civil e Militar.

O Ministério da Aeronáutica manteve-se atuante até 10 de junho de 1999, quando foi criado o Ministério da Defesa. A partir de então, passou a ser denominado

Comando da Aeronáutica, tendo como primeiro Comandante o Ten Brig do Ar Walter Werner Braüer.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

A criação do Ministério da Aeronáutica e das Forças Aéreas Nacionais, após a fusão do Corpo de Aviação da Marinha e a Arma de Aeronáutica do Exército, ocorreu em 20 de janeiro de 1941. Quatro meses mais tarde, em 22 de maio de 1941, as Forças Aéreas Nacionais passam a denominar-se FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB).

Inicialmente, seu acervo foi constituído pelos equipamentos existentes nas duas armas aéreas, Marinha e Exército, composto de uma variada gama de aviões procedentes de diversos países, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, além de alguns aviões produzidos no Brasil em caráter experimental e alguns seriados.

A Segunda Guerra Mundial será o marco divisor para a modernização e a



CORAGEM JOVEM!
É ASSIM QUE SE ALCANÇA OS CÉUS



MACTE ANIMO!
GENEROSE PUER, SIC ITUR AD ASTRA

tentativa de implantação de uma indústria aeronáutica local.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, e o Brasil, em 1942, e a importância da costa brasileira – no norte do país – para o esforço de guerra dos aliados, onde diversas bases americanas foram construídas, a FAB passa a receber modernos aviões para as mais variadas funções, como caça, bombardeio, patrulha etc. Este é sem dúvida o seu momento de consolidação e glória, formando nos Estados Unidos diversos pilotos que serão os multiplicadores no seu crescimento e culminando com a participação do 1º Grupo de Aviação de Caça e a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação no teatro de operações europeu, onde participou da Campanha da Itália em 1944 e 1945, único país da América do Sul. Vale lembrar que o México participou com um Grupo de Aviação no teatro do Pacífico ao lado dos americanos.

Outro fator importante foi a sua participação na Campanha do Atlântico Sul ao longo da costa brasileira, chegando inclusive a afundar submarinos do Eixo a partir de 1942.

Com o fim da guerra, e a grande fartura de material aeronáutico excedente, a FAB passa a receber grande quantidade dos Estados Unidos, o que de certa forma gera

o fim da indústria aeronáutica no Brasil, ficando mais cômodo e barato importar do que fabricar.

Em 1953, ela recebe seus primeiros aviões a jato. Ironicamente eles serão ingleses, totalizando 61 Gloster Meteor F-8 de caça e 10 TF-7 de treinamento, desativados em 1974. A seguir, em 1956, recebe dos Estados Unidos 58 Lockheed TF-33-A para treinamento avançado e ataque, usados até 1975. Em 1959, recebe 33 caças táticos Lockheed F-80C, desativados em 1973. O ano de 1960 viu chegar 30 Morane Saulnier MS-760 Paris, da França, para serem usados como aviões de ligação e treinamento, sendo desativados em 1974. Em 1967, recebe novamente dos Estados Unidos 65 Cessna 318A (T-37C) para treinamento avançado e que foram usados até 1981, sendo repassados à Coreia do Sul.

No final dos anos 60 é criada a Embraer, uma empresa brasileira que irá produzir uma gama variada de aviões turboélices e jatos, entregando para a FAB, a partir de 1971, 166 EMB-326 GB Xavante, produzidos sob licença da Aeronautica Macchi, italiana, para treinamento avançado e emprego tático. Alguns chegaram a equipar o 1º Grupo de Aviação de Caça no Rio de Janeiro, até que em 1975 fossem adquiridos, nos Estados Unidos, 36 caças táticos Northrop F-5E Tiger II, e seis F-5B

para treinamento, espinha dorsal até os dias de hoje, como avião de caça da FAB, que adquire mais algumas unidades em 1991, operando até hoje, principalmente nas Bases Aéreas no sul do país, sendo os mais modernos até então adquiridos. Atualmente existe um programa em andamento repotencializando, em conjunto com empresas nacionais e israelenses, a frota dos F-5, aumentando ainda mais sua vida útil.

Em 1972, foram adquiridos na França 17 caças Mirage III EBR para interceptação e seis Mirage III DBR para treinamento, ainda operacionais os da versão EBR, modernizados em 1988 e comprados alguns para repor perdas, que foram desativados em dezembro de 2005 e estão sendo substituídos pelo Mirage 2000C/B, adquiridos usados da França.

O projeto mais ambicioso envolvendo a FAB foi a co-produção do AMX (A-1), um avião de ataque, desenvolvido em conjunto pelo Brasil (EMBRAER) e pela Itália (Alenia, Aermacchi), a partir de 1981, tendo sido produzidos 58, somente no Brasil, estando ainda em produção.

O fato mais importante em relação ao projeto AMX foi o seu aprendizado, que proporcionou condições para o desenvolvimento do Embraer 145 civil, um sucesso mundial de vendas ■



Aparecido Camazano Almino
Cel Av
Historiador Aeronáutico
camazanoaparecido@gmail.com

A SAGA DOS GUERREIROS POLIVALENTES



Foto: Paulo F. Lauz

Esquadrilha de aviões de T-6 da ERA-4I

Entre os anos de 1965 e 1980, a Força Aérea Brasileira viveu uma época de profícuo período operacional e de transformações, justamente para atender as imediatas necessidades de enfrentar diversos movimentos insurrecionais, que nasceram após a Revolução de 1964. Nesse

contexto, a utilização do veterano e já provado monomotor North American T-6 apresentou-se como a única solução viável para confrontar tal situação, sendo transformados em TF-6, recebendo pintura camouflada, armamento e atualizações nos seus equipamentos de navegação e de comunicação.

AS ESQUADRILHAS DE RECONHECIMENTO E ATAQUE (ERA)

Para receber os TF-6, surgiu a ideia de criação das **Esquadrilhas de Reconhecimento e Ataque (ERA)**, que foram instituídas pela Portaria nº 44/GM3, de 18 de junho de 1965, as quais, além da pos-



sibilidade de evoluírem para Esquadrões, também poderiam se transformar em Grupos, quando as necessidades assim o determinassem. Os meios aéreos e de pessoal para o início de suas atividades foram os já existentes nas Esquadrilhas de Adestramento das Bases Aéreas que sedariam tais Unidades.

Seus Comandantes seriam os Comandantes dos Esquadrões de Comando das respectivas Bases Aéreas e a dotação inicial de cada Esquadrilha previa uma aeronave do tipo T-6 G – para treinamento de voo por instrumentos – e seis T-6 D, para as missões operacionais.

A principal missão das Esquadrilhas

de Reconhecimento e Ataque era a sua utilização no: “*EMPREGO EM MISSÕES ESPECÍFICAS DE COOPERAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA*”.

Desde a criação das sete ERA (21 Recife, 31 Santa Cruz, 32 Galeão, 41 Cumbica, 42 Campo Grande, 51 Canoas e 61 Brasília), em 1965, até a sua evolução, em março de 1970 para Esquadrões, as ERA atuaram em enorme gama de atividades, mesmo cumprindo um vasto programa de instrução, bem como, inúmeras vezes, na execução de missões operacionais reais.

No final de cada ano, após a criação das ERA, era realizada uma grande operação ou manobra conjunta, com a

participação de todas as Esquadrilhas, contando, muitas vezes, com a participação de outras unidades operacionais da FAB e até de forças do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil. Dentre essas operações destacaram-se: OPERAÇÃO POTI, realizada em dezembro de 1965 na Região Nordeste do Brasil; OPERAÇÃO CHARRUA, ocorreu de 30 de novembro a 11 de dezembro de 1966, na Região Sul do Brasil e a OPERAÇÃO XAVANTE, efetuada entre 1º e 10 de dezembro de 1967, na região compreendida entre Campo Grande, Corumbá, Aquidauana e Forte Coimbra, no estado de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul.



Foto: Autor



Foto: Autor

Elemento de AT-26
do 4º EMRA em
missão de NBA

OS ESQUADRÕES DE RECONHECIMENTO E ATAQUE (ERA)

Atendendo as necessidades operacionais da FAB à época, em 26 de dezembro de 1969, foi publicada a Portaria nº S-005/GM3, que estabelece a desativação de todas as ERA em 10 de março de 1970, bem como organiza, ativa e sedia, subordinados aos respectivos comandos das Bases Aéreas sedes, três ESQUADRÕES DE RECONHECIMENTO E ATAQUE (ERA), com sedes em Canoas (1º ERA), Cumbica (2º ERA) e Santa Cruz (3º ERA), sendo subordinados operacionalmente à 1ª Força Aerotática (1ª FAT), estabelecida em Cumbica.

Essas novas Unidades, além de realizarem atividades operacionais, também tinham a responsabilidade de ministrar a instrução operacional dos pilotos recém-formados na AFA em operações aéreas especiais. Durante a sua curta existência os ERA participaram de diversas operações, de acordo com os seguintes dados: OPERAÇÃO JACUPIRANGA, realizada pelo 2º ERA na região de Registro (SP), entre os dias 20 de abril e 2 de junho de 1970; OPERAÇÃO COMENDO PÓ, executada com a participação dos três ERA, desenvolveu-se na região de Brasília (DF), entre os dias 10

de setembro e 16 de outubro de 1970; OPERAÇÃO CARAJÁS, teve a participação dos 2º e 3º ERA, em enorme área que abrangia três estados (Goiás, Pará e Maranhão), com início em 19 de novembro e término em 1º de dezembro de 1970; OPERAÇÃO PINGUIM, realizada em São Jerônimo (RS), constou da participação do 2º ERA em exercício de emprego no estande de tiro dessa cidade entre os dias 10 e 22 de julho de 1971; e a OPERAÇÃO PAPAGAIO, executada nas cidades de Marabá e Xambioá (PA) entre os dias 18 de setembro e 8 de outubro de 1972. Constou do emprego real de aeronaves dos 1º e 2º ERA contra forças guerrilheiras que lá atuavam.

OS ESQUADRÕES MISTOS DE RECONHECIMENTO E ATAQUE (EMRA)

A criação dos Esquadrões Mistos de Reconhecimento e Ataque (EMRA) é o resultado da experiência adquirida pelas Esquadrilhas de Reconhecimento e Ataque (ERA), entre os anos de 1965 e 1970 e pelas Operações Catrapo I e II (ministradas pela USAF em 1965 e 1966). Sua gênese estava baseada na evolução para uma Unidade que tivesse condições de fazer uma operação completa com seus próprios meios.

A reestruturação da FAB iniciada em 1967, e estendida até meados dos anos 1970, previa que os Comandos Operacionais disporiam de unidades aéreas mistas de reconhecimento e ataque, de acordo com o Decreto nº 66.314, de 13 de março de 1970, que cria tais unidades. Os EMRA atuariam com aeronaves de ataque, helicópteros e aviões de ligação e observação.

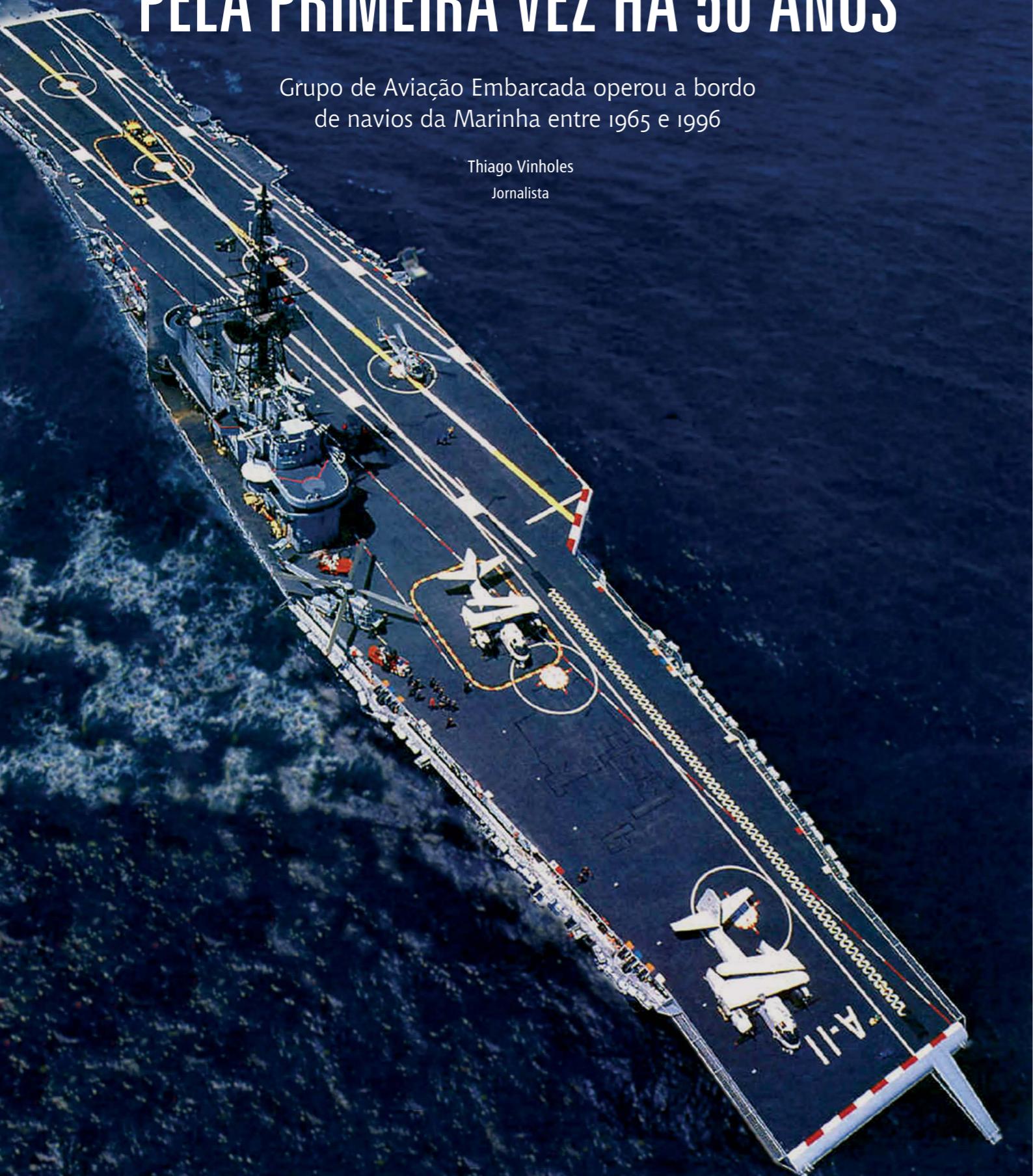
Foram criados cinco EMRA nas Bases Aéreas de Santa Maria (5º), Santa Cruz (3º), Belém (1º), Recife (2º) e Cumbica (4º). Essas unidades, de versatilidade a toda prova, realizaram inúmeras missões importantes tanto no âmbito da FAB, como no cenário do desenvolvimento nacional, com destaque para as Operações RADAM, RADAM-Brasil e DINCART (Dinamização da Cartografia). Os pilotos de ataque para os EMRA eram formados sob a mesma formalística e doutrina pelo Esquadrão Joker, sediado no CATRE, em Natal (RN).

Em 9 de setembro de 1980, após o cumprimento de suas missões, com vistas a atender as necessidades da segurança interna do país, os EMRA são desativados e evoluem para a atuação como unidades de emprego de helicópteros e de ligação e observação, porém sempre sob o mesmo lema: “**Nem melhores, nem piores, nem diferentes, polivalentes!**”

FAB POUSOU EM PORTA-AVIÕES PELA PRIMEIRA VEZ HÁ 50 ANOS

Grupo de Aviação Embarcada operou a bordo de navios da Marinha entre 1965 e 1996

Thiago Vinholes
Jornalista



O primeiro pouso de um avião da FAB a bordo do porta-aviões NAe Minas Gerais aconteceu em 22 de junho de 1965.

Entre 1965 e 1996, as operações com aeronaves de asa fixa nos porta-aviões da Marinha do Brasil eram realizadas pela Força Aérea Brasileira (FAB). O Grupo de Aviação Embarcada da FAB realizou os serviços com o navio-aeródromo NAe Minas Gerais (aposentado em 2001), até passar a função ao Grupo de Aviação da própria Marinha, que até então operava somente com helicópteros.

O primeiro pouso de um avião da FAB a bordo do porta-aviões Minas Gerais aconteceu em 22 de junho de 1965, quando um Grumman P-16 conseguiu se enganchar nos cabos sobre o convés e pousou com segurança. Na ocasião, o avião de patrulha marítima pilotado pelo então Major Antônio Claret Jordão, tendo como co-piloto o Capitão Iale Renan Accioly Martins de Freitas, sofreu uma desaceleração de 200 km/h a 0 km/h quase que imediata.

No dia seguinte ao primeiro pouso, a FAB realizou mais 36 poucos e decolagens com o P-16 no porta-aviões Minas Gerais.

Com alta frequência de poucos e decolagens, o esquadrão embarcado da FAB aprendeu sobre missões de patrulha marítima e guerra anti-submarino em porta-aviões. Essas operações antes eram realizadas de bases em terra e o uso do navio-aeródromo aumentou o raio de ação e alcance da Marinha e da Força Aérea.

A bordo do NAe Minas Gerais

Primeiro porta-aviões do Brasil, o NAe Minas Gerais foi comprado da Marinha da Austrália (Royal Australian Navy) em 1956, quando ainda se chamava HMS Vengeance.

O porta-aviões Minas Gerais, antes de ser incorporado à Marinha do Brasil, serviu na Inglaterra e Austrália.

O navio foi construído em 1942 pela Inglaterra, que o utilizou durante a campanha do Pacífico contra o Japão na Segunda Guerra Mundial. A embarcação, inclusive, chegou a enfrentar ataques de pilotos kamikazes e, no final do conflito, em 30 de agosto de 1945, ao aportar em Tóquio, recebeu o comandante da Marinha japonesa Yuzo Tanno com uma carta de rendição de seu país para o Império Britânico.

Antes de ser incorporado à Marinha do Brasil, o que aconteceria somente em 1960, o Minas Gerais foi enviado para uma completa reforma na Holanda. Nesse processo o navio

ganhou um convés de voo com ângulo de 8,5°, como uma rampa, e um novo sistema de catapulta a vapor, para permitir o lançamento de aeronaves mais pesadas (até 13.640 kg), como o P-16.

A serviço da Inglaterra, o então Vengeance recebeu aeronaves como o Sea Fury e Fairey Firefly. Já a Austrália chegou a operar com os jatos Sea Venom a bordo do mesmo navio. O Minas Gerais receberia um jato novamente somente em 2001, os caças AF-1 da Marinha do Brasil.

O Minas Gerais tinha um total de 211,8 m de comprimento e 36,3 m de largura, o que permitia receber uma combinação de até 21 aviões e helicópteros, além de uma tripulação de 1.000 homens. O primeiro porta-aviões do Brasil ainda era armado com canhões de 20mm para autodefesa e podia navegar por até 19.000 km impulsionado por turbinas a vapor.

Durante toda sua carreira na Marinha do Brasil, o Minas Gerais operou como porta-aviões de guerra contra submarinos.

Nesse mesmo tempo, a Argentina também teve dois porta-aviões, mas configurados como embarcações de ataque e defesa. A embarcação 25 de Mayo, por exemplo, foi utilizada pela Argentina contra a Inglaterra na Guerra das Malvinas e durante anos provocou o Chile em águas do Atlântico Sul.

O NAe Minas Gerais, porém, teve um fim trágico. Apesar de seu valor histórico nas três marinhas em que serviu, a embarcação foi descartada em 2003 e desmontada como sucata na Índia.

A bordo do NAe São Paulo

Adquirido no ano 2000 pela quantia de US\$ 15 milhões, o NAe São Paulo foi o

segundo porta-aviões da Marinha do Brasil e substituiu o Minas Gerais em 2001. A embarcação, desta vez sob controle total da força naval, é 50% mais rápida (velocidade máxima de 30 nós – 55 km/h) que seu antecessor e pode carregar o dobro de aeronaves.

O porta-aviões São Paulo foi construído na França entre 1957 e 1960 e serviu à Marinha daquele país com o nome de FS Foch. O navio, com bandeira da França, participou de combates no Iêmen, Líbano e na antiga Iugoslávia, operando com aeronaves como os caças F-8 Crusader e Dassault Super Étandard.

No Brasil, o NAe São Paulo já operou com os caças AF-1 (designação da Marinha para o Douglas A-4 Skyhawk) e o patrulheiro S-2 Tracker, além de helicópteros Sea King, Esquilo e o Super Puma. Diferentemente do Minas Gerais, que possui somente uma catapulta, o São Paulo conta com dois pontos de lançamento, que podem ser operados simultaneamente.

O atual navio-aeródromo do Brasil tem 266 m de comprimento e 51,2 m de largura, medidas que o colocam como o maior navio de uma força naval da América Latina e o quinto maior porta-aviões do mundo, atrás apenas de embarcações da Índia, China, Rússia e Estados Unidos.

A embarcação, entretanto, encontra-se parada no porto do Rio de Janeiro desde 2011, devido a uma série de problemas mecânicos, o que paralisou as operações aeroembardadas da Marinha. O porta-aviões foi recentemente docado para uma profunda reforma que tem prazo de conclusão marcado para 2019 ■



As asas dos P-16 podiam ser dobradas, facilitando as operações no espaço limitado convés

Foto: FAB



Raul Galbarro Viana
Cel Av
raulgvianna@gmail.com

Brincadeira ingênua... mas de mau gosto

Nos idos de 1963, havia uma linha de correio – o CAN Norte – que partia de Campo Grande e saía desbravando as terras selváticas de Mato Grosso, a fim de atender as missões salesianas e aldeias indígenas – mormente Xavantes e Bororós – dando-lhes assistência logística e humanitária e tudo o mais necessário, afastando-os com isso, do total isolamento. Eram linhas efetuadas, normalmente, por aviões bimotores Beechcraft C-45 ou T-7, os quais (apelidados de *Mata 7* pelo fato de conduzirem cinco passageiros e dois pilotos, não voarem monomotor e nem disporem de passo bandeira), operávamos com um sargento QAv como copiloto e que, eventualmente, em casos de indisponibilidade total dessas aeronaves e/ou alguma simultânea carência urgente em outra área, eram realizadas em aeronaves T-6, unicamente para manter acesa a chama e elevada a moral daquela gente. E era isso que valia para nós, do Destacamento de Base Aérea de Campo Grande: ver o sorriso aberto e franco no rosto dos índios e religiosos, externando satisfação e profundo agradecimento.

Nossa área de atuação, nessa Linha, abrangia fundamentalmente as regiões banhadas por três rios: Araguaia, das Garças e das Mortes.

Assim, partindo de Campo Grande de T-6, atendendo a uma dessas linhas, cheguei à aldeia xavante de São Marcos – após pousar e deixar para trás Coxim, Alto Araguaia, Guiratinga, Ponte Branca, Tezouro, Baliza, Aragarças, Araguaiana e Santa Terezinha – devendo, após São Marcos, seguir para Meruri, Sangradouro e Cuiabá.

Por questão de empatia, sempre fui mais chegado aos Xavantes do que aos

Bororós, talvez pelo comportamento mais desconfiado e retraído destes e, porque não dizer, menos confiável que os primeiros em certas circunstâncias.

Cabe aqui um pequeno, porém importante detalhe, da narrativa que pretendo desenvolver. Lamentavelmente, à época, eu era fumante.

Naquela atmosfera alegre da nossa chegada, a coisa foi aos poucos se acalmando, com alguns xavantes se afastando do local – além do padre Bruno, que ali se encontrava e pretendia uma carona até Meruri, distante seis minutos de voo dali – permanecendo na periferia uns dez ou doze xavantes remanescentes, entre adultos e adolescentes. Os minutos foram passando e eu ali, aguardando o padre Bruno. Em determinado momento, de forma desprestensiosa, peguei um cigarro do bolso do macacão de voo. Acendi-o com o isqueiro e passei a fumar, sentado em uma banqueta rústica. Eis que, de repente, me veio à cabeça a *brilhante e infeliz* ideia de brincar com os xavantes.

Aproveitei um momento em que eles estavam distraídos e dei uma tragada profunda, retendo bem a fumaça e, com um aceno, consegui que o grupo se aproximasse e todos ficassem atentos. Com ar sério e compenetrado, encostei ao ouvido direito a extremidade apagada do cigarro e, com os olhos semicerrados, simulei uma tragada. Passam alguns segundos e eu solto a fumaça pelo nariz e pela boca. Foi um auê! Todos gritaram e gargalharam gostosamente, ficando bastante agitados! Em fração de segundos, surge a dura realidade: os xavantes me cercaram, puxando pelo macacão e pelos braços, bradando *faz de novo!, faz de novo!*. Caiu a minha

ficha. Eu, com um *papo de camelô*, ale-gando cansaço mental, pela concentração, buscava desesperadamente uma saída. E os xavantes insistindo: *faz de novo!, faz de novo!*.

De repente, manifesta-se a presença divina: surge o padre Bruno com seu perfil carismático e marcante, vê a cena e, sem saber do que se trata, *paga* uma geral na turma e manda que todos dispersem e retornem ao dia a dia. Todos se afastam um tanto frustrados.

Decolo com o padre Bruno para Meruri e, ali chegando, lhe informo o que ocorrerá. Ele me tranquiliza, afirmando que se encarregaria para que tudo fosse devidamente explicado e entendido. Realmente, as coisas devem ter sido esclarecidas, já que voltei a fazer a mesma linha várias vezes, sem qualquer anormalidade – a não ser pelo olhar atravessado dos xavantes, sempre com o pé atrás, desconfiados, como a dizer *você nos enganou*. A bem da verdade era a minha consciência pegando pesado. De qualquer forma, pelo sim pelo não, fiquei um longo período sem dar a chance de ficar isolado entre eles, até que o passar do tempo fosse apagando o episódio – o que, aliás, acabou acontecendo, graças à intervenção do padre Bruno. Mais tarde, soube que o religioso conversara com o líder dos índios, o cacique Apuena, que, além de fazer com que o relacionamento com eles fosse restabelecido normalmente, chegou até a me presentear com uma foto! Assim, a paz voltou a reinar entre brancos, índios e demais povos da área.

Entretanto ficou o permanente alerta para o resto da vida:

NÃO BRINQUE COM QUEM VOCÊ NÃO CONHECE BEM OU NÃO TEM INTIMIDADE ■



Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
sergio.p.bambini@gmail.com

A BONDADE DE DONA MABEL

Em julho de 1973, deixei o Centro de Formação de Pilotos Militares – CFPM, em Natal, fruto de minha transferência para a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda – EOEIG, em Curitiba.

Na EOEIG, fui muito bem acolhido por todos. Designado comandante do Corpo de Alunos, a mim cabia conquistá-los bem como aos demais membros do efetivo da Escola.

Reencontrei, na Unidade, velhos conhecidos. Os Beech RT-11, utilizados na instrução dos alunos, especialmente, dos especialistas em fotografia e dos especialistas em armamento. Os primeiros

voavam fazendo pequenos recobrimentos fotográficos, simulando missões de aerofotogrametria, não passíveis de serem realizadas pela deficiência do equipamento. Os alunos de armamento faziam missões de bombardeio. Os demais alunos aeronavegantes faziam seus treinamentos no C-47 da Escola. Como em Natal eu voava o C-45, não houve necessidade de efetuar uma adaptação no RT-11. Entrei logo na escala de voo e comecei a participar das missões de instrução para alívio e gáudio dos oficiais mais antigos.

Fiz uma pequena readaptação, em viagem, e, também, comecei a voar o C-47 da Escola, o PP-EDL. Pousamos no Aeroporto Salgado

Embora a escala de voo da EOEIG fosse bastante generosa, gozávamos, ainda, do privilégio de concorrer ao voo de C-47, no 5º Esquadrão de Transporte Aéreo – 5º ETA, em Canoas. Esse voo ocorria com a frequência aproximada de uma viagem por mês. Voando essa aeronave em Curitiba e em Canoas não havia problema de continuidade e de intensidade de voo.

No dia 4 de outubro de 1973, quarta-feira, decolei de Canoas, bem cedinho, para uma viagem do Correio Aéreo com destino a Natal. Uma viagem excelente. Muitas horas de voo numa rota apreciada por todos. O avião era o C-47 2043.

Pousamos no Aeroporto Salgado

Filho, em Porto Alegre, início da missão e dos aborrecimentos costumeiros. A relação de reservas era maior do que a dos passageiros efetivos, que estavam todos presentes. Cada pretendente constante da lista de reserva tinha necessidade urgente de viajar!

O voo era do tipo *pinga-pinga* e, assim, fizemos a rota até o Galeão pousando em Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Pernotámos no Galeão e, no dia seguinte, iríamos até Natal sem tantas escalas.

Decolamos cedo, cumprindo a NPA e, além disso, a jornada seria longa e a aeronave estava, como sempre, lotada. Próximo pouso, Salvador.

A tripulação, com exceção de mim, era do ETA 5. Apesar de ser o comandante da aeronave, minha qualificação operacional era de 2º piloto (2P).

O primeiro piloto (1P) era o Cap Av Salles Cunha. O mecânico, 1S QAv Lauro, e o radiotelegrafista, o 2S QRTVO José. Uma tripulação, sem dúvida, experiente. A pequena vivência que eu detinha no *Velho Dakota* era compensada, creio, por quase duas mil horas em RB-25 e B-26, além de umas seiscentas horas em Beechcraft TC-45T, C-45, RT-11. Totalizava, à época, pouco mais de 4.000 horas de voo.

Vimos muito bem, voando a 9.000 pés. A temperatura era agradável e o consumo

de combustível, bastante econômico. Voo tranquilo sobre o litoral em dia de céu claro.

Passamos Vitória e seguimos com proa de Caravelas. Quando já tínhamos marcações de SBCV, começamos a sentir uma pequena vibração no motor esquerdo.

Ao fazer uma inspeção visual, o 1S Lauro constatou um pequeno filete de óleo escorrendo pela carenagem do motor.

Ficamos atentos e observando. Os instrumentos não indicavam nada errado. Temperatura e pressão do motor esquerdo normais.

Alguns minutos mais tarde, sentimos a trepidação do motor aumentar. Fizemos alguns procedimentos discretamente, modificando a potência, a mistura e a rotação da hélice. A vibração continuou. Com muito cuidado, checamos os magnetos. Nada!

Fizemos uma pequena conferência, todos os tripulantes, e decidimos pousar em Caravelas e sanar a pane. Os procedimentos de descida, aproximação e pouso ocorreram sem quaisquer problemas.

Após o pouso, pedimos aos nossos passageiros para aguardarem na pequena Estação de Passageiros do Aeroporto de Caravelas.

O 1S Lauro descarenou o motor esquerdo e nem precisou fazer o teste para verificar qual o cilindro que estava frio, isto é, com as velas sujas, ocasionando a trepidação do motor. O problema era outro, bem mais grave. Um dos cilindros estava rachado e precisava ser trocado.

Demos partida no motor direito para termos energia suficiente para o radiotelegrafista enviar as mensagens de pouso/pernoite, pane constatada e o pedido de um cilindro para substituir o que estava rachado. O Sargento Lauro declarou-se apto a fazer o trabalho sozinho, desde que o Sargento José se dispusesse a trabalhar como auxiliar de mecânico, que não era a sua função. Ele, prontamente, concordou.

Após passarmos as mensagens para o COMTA e ETA-5, Salles Cunha e eu começamos a resolver os problemas administrativos.

Havia alojamento para a tripulação. O Cabo encarregado do Posto CAN mostrou-se extremamente prestativo. Cabo Velho,

experiente, safo e cheio de recursos e macetes.

E os 27 passageiros? Homens, mulheres, crianças, o que fazer com eles?

Decidimos, antes de falar com eles, trocar ideias com o Cabo.

A cidade era longe e o transporte não confiável. Não havia alojamento para tanta gente. A cantina do aeroporto, que não podia ser chamada de bar, era operada pela esposa do Cabo, dona Mabel, uma linda senhora em sua bondade e simpatia.

Reunimos os passageiros. Exploramos o problema e dissemos que ficaríamos em Caravelas, no mínimo três dias, pois o cilindro viria do Galeão na primeira oportunidade. Sugerimos que, se alguém tivesse necessidade, e possibilidade, deveria ir para a cidade e prosseguir a viagem de ônibus.

Aguardamos um pouco e ninguém se habilitou a prosseguir por meios próprios. Também ninguém pediu para ir para um hotel.

Logo entendemos o porquê.

Todos ficaram me olhando e aguardando. Algumas crianças choravam.

Perguntei, então, quem tinha dinheiro.

Já que eu teria que equacionar e resolver o problema, que não se mostrava pequeno, recolhi todo o dinheiro que tinham. O montante arrecadado, feitas as devidas atualizações e utilizando uma conversão prática, foi de R\$ 19,00. Uma fortuna!

Eu tinha alguma coisa, dinheiro de viagem. Naquela época, o cartão de crédito estava começando a aparecer no Brasil e de nada valeria naquela hora. Salles Cunha também dispunha de algum numerário. Igualmente, os dois Sargentos se dispuseram a cooperar.

O próximo passo era transformar nosso dinheiro em comida para 31 pessoas pelo prazo, mínimo, de três dias.

Falei com o Cabo que me levou à dona Mabel. Ela pronta e compreensivamente entendeu a situação. Disse-me que providenciaria, com seus fornecedores, uma boa quantidade de macarrão, alguns quilos de farinha de mandioca, alguns peixes populares e pão. Com isto, comporia um cardápio básico de macarrão com peixe e

farinha de mandioca. O pão seria para o café da manhã.

Com as tradicionais almofadas amarelas, que atenuavam, um pouco, a dureza natural dos metálicos bancos laterais do C-47, improvisamos camas para as crianças e para as mulheres, e todos se acomodaram nos bancos de madeira do aeroporto. Não era um hotel três estrelas, mas ninguém ficou privado do sono.

O cilindro chegou no sábado pela manhã. O motor estava preparado, pois o Sargento Lauro, mostrando um magnífico conhecimento, como se um especialista em motores fosse, retirou o cilindro doente com a perfeição de cirurgião renomado. Ele e o Sargento radiotelegrafista trabalharam intensamente desde o nosso pouso até o momento em que o avião ficou pronto para receber o novo cilindro. Muitas horas de trabalho árduo sob um sol intenso e calor úmido de Caravelas.

Os passageiros perambulavam pelo saguão do aeroporto, seu alojamento, como se em casa estivessem.

Dona Mabel, conforme o prometido, fornecendo macarrão, com peixe e farinha, para todos, providenciou até um cardápio especial para as crianças. Creio, até, que nossa estada naquele local foi motivo de prejuízo para o seu estabelecimento comercial. Se foi, em momento algum apagou o sorriso de seu rosto e a boa vontade com que atendeu a todos.

No domingo de manhã, o avião ficou pronto.

Cuidadosamente, checamos o motor. Nenhuma trepidação, nenhum vazamento detectado. O motor foi carenado, o avião reabastecido e o plano de voo preenchido.

Agradecemos ao Cabo e a dona Mabel por todas as gentilezas que nos concederam e ficamos emocionados ao ver os passageiros, todos, um a um, os cumprimentarem, os abraçarem e agradecerem. Percebi lágrimas nos olhos de muitos deles. Dona Mabel chorava!

Demos partida com muita dificuldade. A bateria, fraca pelo uso intenso certamente carregaria na etapa para Salvador.

Decolamos e seguimos, sem qualquer problema, para Salvador, onde pousamos

no então Aeroporto Dois de Julho. Táxi, desembarque de alguns passageiros emocionados, reabastecimento, plano de voo, embarque e partida. Hélice livre. Partida.

Partida? Estavamos sem bateria!

Domingo à tarde, aeroporto cheio de gente. O pátio lotado de Boeing 727, 737, Avros, Fokkers e outras aeronaves, então, modernas.

A Base Aérea não tinha uma fonte de força disponível!

No canto do pátio de estacionamento, tentamos a partida no motor direito utilizando uma fita de amarração.

Convidamos oito de nossos passageiros a nos ajudarem. O convite foi atendido prontamente.

O Sargento Lauro enrolou, com cuidado, a fita de amarração no cubo da hélice. Ligamos os magnetos, e os passageiros, liderados pelo Sargento Lauro, puxaram a fita com vigor. A hélice girou, o motor *piscou*, mas não *pegou*. Nova tentativa. Fita amarrada, magnetos ligados e, surpresa, a parte superior do aeroporto cheia de gente olhando com curiosidade para o nosso avião. Certamente uma cena inusitada, pois não deviam entender por que aqueles homens puxavam uma fita e giravam a hélice do avião. O motor não pegou e a galera agitou-se com os puxadores da fita espalhados no chão.

Nova tentativa, e o motor girou, *piscou* e *pegou*. Os homens caíram, mas vibraram.

No aeroporto, o povo aplaudiu entusiasticamente. Não podíamos ouvir, mas certamente estavam gritando.

Os passageiros embarcaram e, com o auxílio do gerador, demos partida no motor esquerdo. Taxiamos e decolamos.

Pernoitamos em Recife e, no dia seguinte, seguimos para Natal, de onde iniciamos, imediatamente, a viagem de retorno.

Os passageiros, à medida que iam desembarcando em Recife ou em Natal, faziam questão de cumprimentar cada um dos membros da tripulação. Lágrimas rolaram de muitos rostos marcados pela vida.

O regresso da viagem ocorreu de maneira absolutamente normal ■

